

Relatório Preliminar

**TED 04/2024 - “Proposta de Plano de Trabalho para realização da
Avaliação dos Resultados decorrentes da fruição dos incentivos fiscais
sob gestão da SUDENE em cumprimento à Portaria MIDR nº
1.534/2023”**

**META 2 - Caracterização dos empreendimentos: Análise descritiva
dos dados**

PRODUTO 3 - Análise descritiva dos dados

Viçosa, fevereiro de 2025.

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Produto 3 - Análise descritiva dos dados, desenvolvido no âmbito da Meta 2 - Caracterização dos empreendimentos: Análise descritiva dos dados, do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 04/2024 relativo à execução do projeto intitulado “Avaliação dos Resultados decorrentes da fruição dos incentivos fiscais sob gestão da Sudene, 3º ano 1º ciclo, em cumprimento à Portaria MIDR nº 1.534/2023 - Setor de Alimentos e Bebidas”. O relatório tem por objetivo caracterizar, de forma detalhada, os beneficiários dos incentivos fiscais concedidos pela SUDENE ao setor de alimentos e bebidas, abrangendo o período de 2009 até agosto de 2024, data da disponibilização dos dados.

A análise descritiva ora apresentada visa verificar se as diretrizes estabelecidas para a distribuição dos recursos estão sendo cumpridas, bem como identificar eventuais padrões de concentração – sejam eles setoriais ou espaciais – que possam comprometer o alcance dos objetivos de desenvolvimento regional. Para tanto, foram utilizadas bases de dados oriundas de diversas fontes, tais como a própria SUDENE, RAIS, IBGE e outros repositórios de informações, possibilitando uma abordagem integrada e robusta do cenário dos incentivos fiscais.

O documento está estruturado em seções que incluem a definição da metodologia adotada, a descrição e o tratamento dos dados, a caracterização dos beneficiários sob diferentes recortes (por porte, localização e setor econômico) e a análise da evolução temporal dos incentivos. A utilização de estatísticas descritivas, gráficos e mapas permitirá a visualização dos padrões de distribuição e dos possíveis desvios em relação às diretrizes estabelecidas, contribuindo para uma avaliação crítica dos resultados obtidos.

Dessa forma, este relatório fornece subsídios essenciais para a compreensão dos impactos econômicos e sociais decorrentes da política de incentivos fiscais, servindo de base para a discussão e proposição de aprimoramentos na gestão dos recursos e na formulação de futuras políticas públicas de desenvolvimento regional.

Lista de Tabelas

Tabela 1. Número de empresas beneficiadas por estado entre 2009 e agosto de 2024	4
Tabela 2. Número de incentivos concedidos por ano e por estado.....	7
Tabela 3. Número de incentivos concedidos por ano e por tipo de projeto.....	8
Tabela 4. Número de incentivos concedidos por ano e por tipo de incentivo.....	8
Tabela 5. Número de incentivos concedidos por ano e por classificação climática.....	9
Tabela 6. Número de incentivos concedidos por ano e por tipologia PNDR II	10
Tabela 7. Número de incentivos concedidos por ano e por tipologia sub-regional	11
Tabela 8. Investimento total realizado pelas empresas por ano e por estado, em R\$ milhões de 2024	14
Tabela 9. Investimento total realizado pelas empresas por ano e por tipo de projeto, em R\$ milhões de 2024	15
Tabela 10. Investimento total realizado pelas empresas por ano e por tipo de incentivo, em R\$ milhões de 2024	16
Tabela 11. Investimento total realizado pelas empresas por ano e classificação climática, em R\$ milhões de 2024	17
Tabela 12. Investimento total realizado pelas empresas por ano e tipologia PNDR II, em R\$ milhões de 2024	18
Tabela 13. Investimento total realizado pelas empresas por ano e tipologia sub-regional, em R\$ milhões de 2024	19
Tabela 14. Redução total por reinvestimento realizado pelas empresas por ano e por estado, em R\$ milhões de 2024	21
Tabela 15. Redução total por reinvestimento declarado pelas empresas por ano e por tipo de projeto, em R\$ milhões de 2024.....	22
Tabela 16. Redução total por reinvestimento realizado pelas empresas por ano e por tipo de incentivo, em R\$ milhões de 2024.....	22
Tabela 17. Redução total por reinvestimento realizado pelas empresas por ano e por classificação climática, em R\$ milhões de 2024.....	23
Tabela 18. Redução total por reinvestimento realizado pelas empresas por ano e por tipologia PNDR II, em R\$ milhões de 2024	24
Tabela 19. Redução total por reinvestimento declarado pelas empresas por ano e por tipologia sub-regional, em R\$ milhões de 2024	25
Tabela 20. Total de empregos diretos gerados pelas empresas por ano e por estado	27
Tabela 21. Total de empregos diretos gerados pelas empresas por ano e por projeto	28
Tabela 22. Total de empregos diretos gerados pelas empresas por ano e por tipo de projeto	29
Tabela 23. Total de empregos diretos gerados pelas empresas por ano e por classificação climática	30
Tabela 24. Total de empregos diretos gerados pelas empresas por ano e por tipologia PNDR II.....	31

Tabela 25. Total de empregos diretos gerados declarados pelas empresas por ano e por tipologia sub-regional	32
Tabela 26. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por estado	33
Tabela 27. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por tipo projeto.....	34
Tabela 28. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por incentivo	35
Tabela 29. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por classificação climática.....	36
Tabela 30. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por tipologia PNDR II..	37
Tabela 31. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por tipologia sub-regional	38
Tabela 32. Empresas beneficiadas: Comparação entre a variação do estoque de emprego e a geração de empregos diretos	40
Tabela 33. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença do estoque médio ponderado de emprego por ano e por porte.....	42
Tabela 34. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença do estoque médio ponderado de emprego por ano e por classificação climática	43
Tabela 35. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença do estoque médio ponderado de emprego por ano e por tipologia PNDR II	44
Tabela 36. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença da renda média real ponderada por ano e por porte	46
Tabela 37. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença da renda média real ponderada por ano e por classificação climática	47
Tabela 38. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença da renda média real ponderada por ano e por tipologia PNDR II	47

Lista de Figuras

Figura 1 – Evolução do número de incentivos concedidos.....	5
Figura 2 – Evolução do número de empresas beneficiadas.	6
Figura 3 – Evolução dos investimentos realizados pelas empresas beneficiadas.	13
Figura 4 – Evolução da redução por reinvestimento realizados pelas empresas beneficiadas.....	20
Figura 5 – Geração de empregos diretos declarados pelas empresas beneficiadas.....	27
Figura 6 – Geração de empregos indiretos declarados pelas empresas beneficiadas.....	33
Figura 7 – Comparação entre empregos diretos e saldo de emprego das empresas beneficiadas.	39
Figura 8 – Comparação do estoque médio ponderado de empregos entre empresas beneficiadas e não beneficiadas.	41
Figura 9 – Comparação da renda real média ponderada entre empresas beneficiadas e não beneficiadas.....	45
Figura 10 - Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença da renda média real ponderada por ano e por tipologia PNDR II	50
Figura 11 - Distribuição geográfica dos incentivos fiscais concedidos pela Sudene a empresas do setor de alimentos e bebidas, por investimento total previsto.....	51
Figura 12 - Distribuição geográfica dos incentivos fiscais concedidos pela Sudene a empresas do setor de alimentos e bebidas, por empregos diretos previstos.	52

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Metodologia.....	1
3. Análise Descritiva dos Beneficiários dos Incentivos Fiscais	3
3.1. Caracterização geral	4
3.1.1. Distribuição do número de incentivos.....	4
3.1.2. Investimentos.....	12
3.1.3. Redução por reinvestimentos	19
3.1.4. Geração de emprego	25
3.2. Distribuição geográfica	49
3.2.1. Número de empresas beneficiadas	49
3.2.2. Investimentos previstos	50
3.2.3. Empregos diretos previstos.....	52
4. Discussão dos Resultados e Implicações	54
5. Considerações Finais.....	56

1. Introdução

O setor de alimentos e bebidas exerce papel fundamental na garantia da segurança alimentar, pois o aumento e a diversificação da oferta de produtos permitem atender às diferentes necessidades nutricionais da população e, ao mesmo tempo, favorecer condições de comercialização mais competitivas. Quando há maior oferta e concorrência, seja pela expansão de linhas de produção, modernização de processos ou otimização de cadeias logísticas, tende-se a reduzir os custos de produção e distribuição, o que possibilita colocar no mercado uma variedade de alimentos a preços mais acessíveis. Dessa forma, o setor contribui diretamente para ampliar o acesso da população a itens de primeira necessidade, favorecendo o bem-estar social e o desenvolvimento econômico local.

A política de incentivos fiscais no setor de alimentos e bebidas, administrada pela SUDENE, tem como objetivo estimular o desenvolvimento econômico regional por meio da redução de impostos e da concessão de benefícios que incentivem o investimento, a modernização dos empreendimentos e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda. Essa política foi concebida para mitigar as profundas desigualdades históricas que afetam o Nordeste brasileiro, promovendo uma maior atração de investimentos para setores estratégicos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nas regiões menos desenvolvidas. Entre os principais instrumentos, destacam-se:

- Redução de 75% do IRPJ: consiste em abater três quartos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica devido, por período determinado, com vistas a incentivar a instalação, modernização ou expansão de empreendimentos. Por se traduzir em economia direta sobre o tributo, tende a ser a mais atrativa e demandada das modalidades, viabilizando investimentos de maior porte.
- Reinvestimento de 30% do IRPJ: permite às empresas direcionar parte do imposto devido ao próprio negócio, sob a forma de capital de giro ou investimentos em ativos fixos. É voltado especialmente a aprimoramentos incrementais, modernização de maquinário e outras melhorias que fortaleçam a competitividade local sem, necessariamente, demandar a abertura de novas unidades.
- Isenção do AFRMM (Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante): desonera empresas que dependem do transporte marítimo para o escoamento ou abastecimento de insumos. Embora menos frequente que as anteriores, pode ter

impacto significativo para cadeias produtivas que operam com grandes volumes de carga via modal marítimo.

- Outras possibilidades: em certos casos, há ainda incentivos relacionados à depreciação acelerada ou a outros mecanismos tributários específicos, de acordo com as prioridades setoriais e as características do empreendimento, sempre com a condição de que o projeto seja executado na área de abrangência da Sudene.

Em conjunto, esses instrumentos atuam como alavancas de fomento, estimulando a realização de investimentos, a geração de empregos e a diversificação econômica em regiões historicamente menos desenvolvidas. Ao mitigar custos e facilitar o acesso a recursos, o arcabouço de incentivos possibilita que as empresas aprimorem sua estrutura produtiva e fortaleçam sua competitividade, contribuindo para a meta de reduzir assimetrias regionais e promover crescimento sustentável.

A realização de uma análise descritiva dos dados referentes à fruição desses incentivos se justifica pela necessidade de compreender, de maneira detalhada e integrada, como os recursos públicos estão sendo distribuídos e utilizados ao longo do tempo. A análise permite identificar padrões de concentração ou dispersão dos benefícios fiscais e verificar se os resultados estão alinhados às diretrizes e aos objetivos estabelecidos. A integração de diversas fontes de dados, como as bases da SUDENE, RAIS e IBGE, possibilita uma avaliação robusta que servirá de base para futuras análises de eficiência, eficácia e efetividade dos incentivos.

A partir de 2009, com a consolidação do arcabouço legal e institucional que rege a atuação da SUDENE, as políticas de incentivos fiscais passaram a orientar-se por um conjunto de diretrizes que visam promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável em sua área de atuação. Entre essas diretrizes e objetivos, destacam-se:

- Redução das desigualdades regionais: priorizar investimentos que impulsionem o crescimento nas localidades mais vulneráveis, buscando diminuir as assimetrias históricas do Nordeste em relação às demais regiões do país.
- Geração de emprego e renda: estimular a criação de postos de trabalho formais, a qualificação da mão de obra local e o fortalecimento de cadeias produtivas regionais, contribuindo para a inclusão socioeconômica da população.
- Fomento à modernização e à inovação: incentivar a modernização da estrutura produtiva por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, de incorporação de

novas tecnologias e do aperfeiçoamento de processos produtivos, visando aumentar a competitividade local.

- Diversificação setorial: ampliar a base produtiva e reduzir dependências econômicas ao apoiar segmentos com potencial de crescimento, como o setor de alimentos e bebidas, contribuindo para maior resiliência econômica.
- Sustentabilidade ambiental: promover investimentos que adotem boas práticas ambientais, reduzam impactos negativos e incentivem a utilização de recursos naturais de forma responsável, de modo a assegurar a perenidade das atividades e a melhoria da qualidade de vida na região.
- Integração com outras políticas regionais: articular os incentivos fiscais com demais programas e instrumentos de desenvolvimento regional, gerando sinergias que maximizem os efeitos positivos sobre o território e a população.

Os objetivos específicos do Produto 3 – Análise Descritiva dos Dados são:

- Caracterizar os beneficiários: quantificar e descrever o perfil das empresas que receberam os incentivos fiscais, considerando variáveis como porte, setor de atuação e localização.
- Analisar a distribuição geográfica: mapear a alocação dos incentivos para identificar áreas com maior ou menor incidência dos benefícios e detectar possíveis disparidades regionais.
- Investigar a evolução temporal: examinar as tendências na concessão dos incentivos ao longo do período de 2009 até agosto de 2024, data da disponibilização dos dados, evidenciando mudanças e persistências nos padrões de distribuição.
- Subsidiar futuras avaliações: fornecer um panorama detalhado do cenário atual dos incentivos, que servirá de base para análises posteriores de eficiência, eficácia e efetividade, possibilitando ajustes e aprimoramentos na política de incentivos fiscais.

Essa abordagem é fundamental para que gestores e formuladores de políticas públicas possam adequar os instrumentos de incentivo, garantindo que os recursos sejam aplicados de forma a promover um desenvolvimento regional mais equilibrado, sustentável e inclusivo. Além disso, ao considerar as metas de modernização, geração de

emprego e integração com outras estratégias de desenvolvimento, assegura-se que os esforços realizados estejam alinhados às diretrizes propostas pela SUDENE para o período pós-2009, reforçando o papel dos incentivos fiscais como ferramenta de redução das desigualdades e de dinamização econômica da região.

A presente análise descritiva dos incentivos fiscais concedidos pela Sudene ao setor de alimentos e bebidas, ao longo do período de 2009 até agosto de 2024, data da disponibilização dos dados, revela, em primeiro lugar, uma concentração espacial marcante em alguns estados e municípios, sobretudo na Bahia, Pernambuco e Ceará. Embora parte dos projetos também se encontre em outras localidades, o fato de mais de 60% dos investimentos estarem nesses três estados sugere a necessidade de estratégias que estimulem o acesso às políticas de fomento em áreas menos consolidadas. Apesar disso, a maioria dos investimentos e empresas beneficiadas se encontram no interior.

Em segundo lugar, nota-se a predominância da modalidade de Redução de 75% do IRPJ, responsável pela maior parte dos recursos investidos e dos postos de trabalho gerados. Em contraposição, o mecanismo de Reinvestimento de 30% do IRPJ, embora relevante para algumas empresas, apresenta alcance mais modesto, sendo adotado sobretudo para modernizações pontuais ou incrementais.

Por fim, destaca-se a capacidade de mobilizar investimentos e gerar empregos — tanto diretos como indiretos —, especialmente em anos de maior dinamismo econômico e maior volume de concessões. Entretanto, a efetividade varia conforme o porte das empresas e o contexto macroeconômico, demonstrando que manter um arcabouço de incentivos consistente e assistência técnica eficaz podem ser fatores decisivos para converter a concessão de benefícios em desenvolvimento sustentável na região.

2. Metodologia

A análise conduzida no presente produto apoia-se em uma base de dados fornecida pela Sudene, a qual reúne informações sobre os incentivos fiscais concedidos às empresas situadas nos 2.074 municípios da área de atuação da Autarquia — abrangendo os nove estados do Nordeste, além de parte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Inicialmente, essa base continha um total de 5.109 observações, contemplando incentivos concedidos a empresas de diversos setores econômicos.

Dado que o escopo do projeto se volta especificamente à Indústria de Transformação no setor de Alimentos e Bebidas, procedeu-se, primeiramente, à filtragem pela variável “Setor Econômico” utilizando o termo “aliment”. Esse passo, realizado no software estatístico R, reduziu o conjunto para 1.136 observações. Em seguida, notou-se que algumas dessas ainda se vinculavam ao setor agrícola — enquadrado na produção primária e, portanto, fora do recorte pretendido. Para isolar somente empreendimentos associados à transformação e produção industrial de alimentos e bebidas, uma nova filtragem excluiu todas as observações que continham o termo “agric”, resultando em 1.009 registros.

Contudo, foi necessário efetuar etapas adicionais a fim de garantir a consistência e a aderência das informações. Assim, eliminaram-se os casos nos quais o valor de investimentos fosse nulo ou o município de atuação da empresa não constasse formalmente na área de abrangência da Sudene. Esse procedimento assegurou que apenas incentivos ativos e efetivos — em localidades realmente cobertas pela Autarquia — fossem retidos. Ao final desse processo, a base consolidada totalizou 833 observações, que representam os incentivos fiscais concedidos no setor de Alimentos e Bebidas (excluída a agricultura primária) dentro da região focal.

Essa etapa de filtragem foi crucial para que o relatório pudesse oferecer estatísticas e conclusões consistentes ao recorte temático definido (Indústria de Transformação em Alimentos e Bebidas) e à delimitação espacial da Sudene. Ademais, o uso de ferramentas estatísticas (no caso, o software R) permitiu maior precisão e reprodutibilidade na seleção dos dados. Em conjunto com os demais tratamentos metodológicos descritos ao longo do relatório — como padronização de campos, correção monetária e verificação de inconsistências —, esse procedimento garantiu a adequação do conjunto final de dados para as análises descritivas apresentadas.

Além disso, a análise utilizou dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que traz informações sobre o emprego formal no país. Embora a consolidação final descrita acima tenha priorizado as estatísticas de incentivos propriamente ditas, a RAIS funcionou como fonte paralela de verificação do número de vínculos ativos nas empresas potencialmente beneficiadas. Esse cruzamento permitiu, por exemplo, comparar a geração de postos de trabalho declarada ao solicitar o incentivo com o efetivo aumento de empregos verificado após a concessão dos benefícios. Os tratamentos realizados na base de dados da RAIS estão descritos no Produto 2.

3. Análise Descritiva dos Beneficiários dos Incentivos Fiscais

Esta seção apresenta a análise descritiva dos dados referentes à fruição dos incentivos fiscais concedidos pela SUDENE ao setor de alimentos e bebidas, abrangendo o período de 2009 até agosto de 2024, data da disponibilização dos dados. O objetivo central desta etapa é caracterizar os beneficiários da política, identificando padrões de distribuição espacial e temporal dos recursos, bem como avaliando a aderência aos critérios estabelecidos nas diretrizes de desenvolvimento regional.

A investigação se fundamenta na integração de diversas bases de dados oriundas de fontes como a SUDENE, RAIS e IBGE, o que permite uma abordagem robusta e abrangente. Por meio de técnicas de estatística descritiva, análise de séries temporais, elaboração de mapas temáticos e gráficos comparativos, esta seção revelará informações essenciais sobre:

- **Perfil dos beneficiários:** caracterização dos empreendimentos contemplados, com dados referentes ao número de empresas beneficiadas, suas classificações por porte, além da distribuição geográfica dos incentivos.
- **Evolução temporal dos incentivos:** padrões de concessão dos incentivos ao longo do tempo, o que possibilita a identificação de flutuações que podem estar associadas a variações no cenário econômico ou a ajustes na política.
- **Distribuição espacial dos recursos:** como os incentivos estão concentrados em determinadas regiões, evidenciando disparidades entre estados e municípios, e permitindo a identificação de áreas prioritárias para o desenvolvimento regional.
- **Resultados complementares:** além dos aspectos de distribuição e evolução temporal, os resultados incluem indicadores relacionados ao reinvestimento, à redução de impostos e à geração de empregos diretos e indiretos, oferecendo uma visão integrada dos impactos dos incentivos.

Esta abordagem descritiva é fundamental para subsidiar análises futuras voltadas à avaliação da eficiência, eficácia e efetividade da política, além de fornecer subsídios para eventuais ajustes e aprimoramentos nos mecanismos de concessão dos incentivos. Ao final desta seção, busca-se compreensão detalhada do cenário dos incentivos fiscais, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, o que é crucial para a discussão dos resultados e para a proposição de recomendações orientadas ao desenvolvimento regional sustentável.

3.1. Caracterização geral

Nesta seção, apresentam-se os resultados da análise descritiva, ressaltando o papel das políticas de incentivos fiscais geridas pela Sudene no estímulo a investimentos e na promoção do desenvolvimento socioeconômico em sua área de abrangência.

3.1.1. Distribuição do número de incentivos

A quantidade de incentivos concedidos ao setor de alimentos e bebidas é um dos principais indicadores para avaliar o alcance efetivo da política de incentivos fiscais. Ao analisar quantos projetos recebem apoio em cada ano, assim como a distribuição geográfica e setorial dos benefícios, é possível identificar não apenas a evolução temporal da iniciativa, mas também eventuais disparidades regionais ou setoriais na captação dos recursos. Nesta subseção, apresentam-se dados consolidados sobre o número de incentivos concedidos, fornecendo uma visão global da magnitude do programa e permitindo correlacionar esses resultados com os demais indicadores (investimentos, geração de empregos, entre outros) ao longo do período estudado.

A Tabela 1, a seguir, mostra a distribuição do número de empresas beneficiadas por estado, bem como sua respectiva participação percentual no total de 575 empresas contempladas. Foram considerados apenas valores únicos para o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ou seja, empresas que foram contempladas com mais de um benefício foram contabilizadas apenas uma vez.

Tabela 1. Número de empresas beneficiadas por estado entre 2009 e agosto de 2024

Estado	Empresas	(%)
AL	23	4,0
BA	131	22,8
CE	77	13,4
ES	54	9,4
MA	14	2,4
MG	44	7,7
PB	26	4,5
PE	105	18,3
PI	25	4,3
RN	50	8,7
SE	26	4,5
Total	575	100,0

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Observa-se que a Bahia lidera o volume de beneficiários (131), equivalente a 22,8% do total, seguida por Pernambuco (18,3%) e Ceará (13,4%), indicando concentração relevante de apoio em regiões tradicionalmente associadas à produção agroindustrial. Por outro lado, Maranhão (2,4%) e Piauí (4,3%) exibem participações mais modestas, o que pode refletir diferenças na capacidade de formular e executar projetos ou na disponibilidade de infraestrutura. Destaca-se também a presença do Espírito Santo (9,4%) e de Minas Gerais (7,7%), cujos municípios contemplados encontram oportunidades de incentivo para o setor de alimentos e bebidas.

Essa distribuição espacial suscita investigações sobre a adequação dos incentivos às diferentes realidades de cada território. Em termos de desenvolvimento regional, é fundamental avaliar se a alocação de recursos corresponde às necessidades socioeconômicas locais, bem como em que medida o apoio tem revertido em ampliação da capacidade produtiva, criação de postos de trabalho e melhoria das condições de competitividade nas regiões beneficiadas.

As Figuras 1 e 2, a seguir, ilustram, respectivamente, a evolução no número de incentivos concedidos e de empresas beneficiadas ao longo do período considerado.

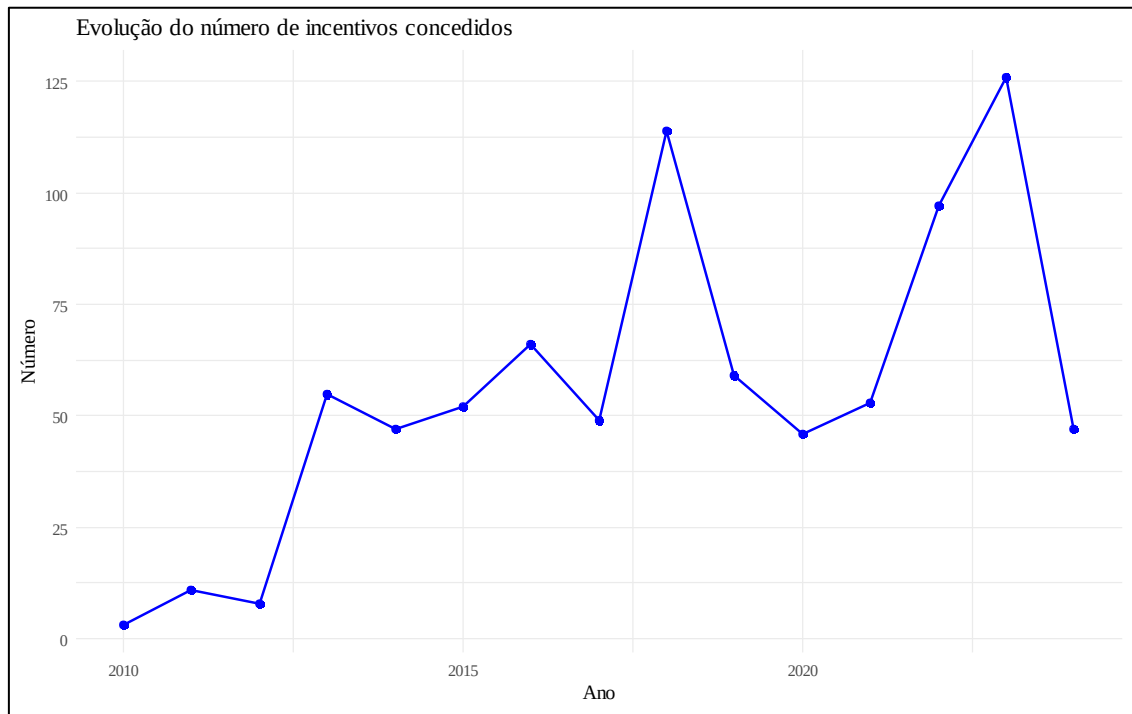


Figura 1 – Evolução do número de incentivos concedidos.

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Em relação ao número de incentivos concedidos, é possível identificar a partir de 2010 um aumento relativamente constante na concessão de incentivos, refletindo uma estratégia ativa da Sudene em fomentar investimentos e modernizações no setor de alimentos e bebidas. Em determinados momentos, como em 2016 e 2021, observam-se quedas pontuais, que podem estar associadas a fatores macroeconômicos (crises fiscais, retração do PIB, instabilidade política) ou a ajustes na política de incentivos e critérios de elegibilidade. Entretanto, nos anos subsequentes, há retomadas significativas, sugerindo que a demanda por projetos e o interesse em aproveitar os benefícios fiscais voltaram a crescer.

A Figura 2 mostra dinâmica semelhante para o número de empresas contempladas. Os períodos de alta, como após 2015 e principalmente no triênio 2019-2021, podem indicar maior capacidade competitiva do setor, gerando novos empreendimentos ou expansão de empresas já estabelecidas. Em contrapartida, quando há queda nos incentivos, o número de firmas beneficiadas também costuma se retraindo, o que evidencia o papel relevante das políticas de fomento na decisão de investimento e no dinamismo do mercado.

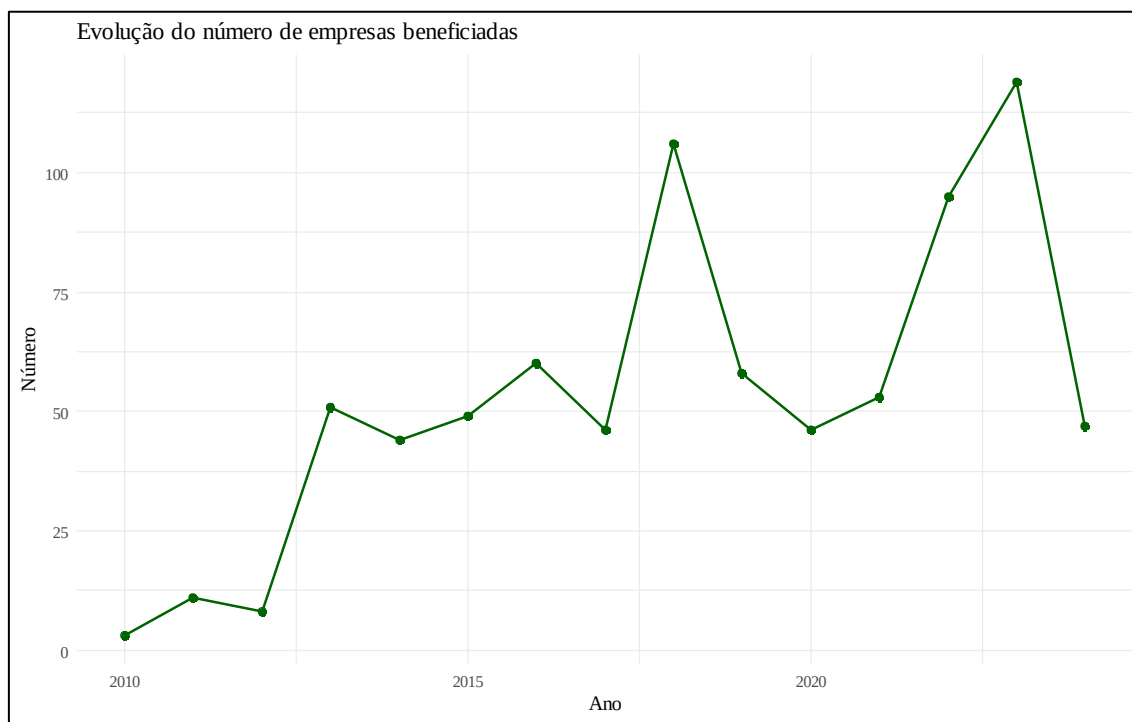


Figura 2 – Evolução do número de empresas beneficiadas.

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

As Tabelas 2, 3 e 4 fornecem um panorama abrangente sobre a concessão de incentivos fiscais ao setor de alimentos e bebidas, evidenciando três dimensões essenciais: (i) distribuição anual e por estado, (ii) natureza do projeto e (iii) tipo de incentivo.

A Tabela 2 apresenta a evolução do número de incentivos por ano e por estado, revelando que a Bahia (193 incentivos) e Pernambuco (158) lideram em volume, seguidas pelo Ceará (113). Essa concentração regional sugere que as regiões tradicionalmente mais industrializadas ou com maior capacidade de articulação de projetos continuam recebendo a maior parte dos recursos. Percebe-se ainda uma elevação notável no total de incentivos a partir de 2013, quando chegam a 55 concessões, e um novo pico em 2018 (114), tendência que se mantém com oscilações até 2023 (126).

Tabela 2. Número de incentivos concedidos por ano e por estado

Ano	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total
2010	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
2011	1	3	4	0	0	0	1	1	0	1	0	11
2012	0	2	1	0	1	0	1	3	0	0	0	8
2013	3	13	4	4	2	2	3	17	0	6	1	55
2014	1	16	3	1	3	1	4	11	0	6	1	47
2015	2	10	11	3	1	2	2	13	1	2	5	52
2016	5	14	14	4	0	2	3	16	2	4	2	66
2017	3	17	5	5	2	1	2	9	2	1	2	49
2018	2	28	18	11	1	9	1	23	3	10	8	114
2019	5	10	7	5	3	3	2	11	4	8	1	59
2020	3	11	7	7	1	7	3	6	1	0	0	46
2021	1	14	3	10	1	3	1	7	3	7	3	53
2022	3	19	14	18	1	14	5	9	3	4	7	97
2023	6	27	16	11	1	11	8	22	2	14	8	126
2024	3	8	5	4	2	0	1	9	6	9	0	47
Total	38	193	113	83	19	55	37	158	27	72	38	833

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

A Tabela 3 mostra a distribuição dos incentivos conforme o tipo de projeto (Ampliação, Diversificação, Modernização etc.). Nota-se que Modernização Total domina o cenário, com 415 registros no acumulado até 2024, enquanto Implantação (238) também exibe volume expressivo. Projetos de Ampliação (5) e Modernização (4) aparecem em menor número, indicando que as empresas contempladas pela política, em sua maioria, buscam atualizar processos produtivos ou introduzir novos produtos no mercado.

Tabela 3. Número de incentivos concedidos por ano e por tipo de projeto

Ano	Ampliação	Complementação Equipamentos	Diversificação	Implantação	Modernização	Modernização Total	Total
2010	0	3	0	0	0	0	3
2011	0	11	0	0	0	0	11
2012	0	7	0	0	0	1	8
2013	0	10	6	17	0	22	55
2014	1	8	3	11	4	20	47
2015	4	8	3	11	0	26	52
2016	0	8	5	18	0	35	66
2017	0	9	4	9	0	27	49
2018	0	11	4	24	0	75	114
2019	0	10	4	15	0	30	59
2020	0	7	3	19	0	17	46
2021	0	4	2	21	0	26	53
2022	0	7	7	39	0	44	97
2023	0	15	5	30	0	76	126
2024	0	6	1	24	0	16	47
Total	5	124	47	238	4	415	833

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

A partir de 2013 e 2018, repetem-se pontos de inflexão, quando são concentradas diversas iniciativas de modernização ou implantação, corroborando a tendência já identificada na tabela anterior.

Tabela 4. Número de incentivos concedidos por ano e por tipo de incentivo

Ano	Isenção do AFRMM	Redução de 75% do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Total
2010	0	0	3	3
2011	0	0	11	11
2012	0	1	7	8
2013	8	37	10	55
2014	9	30	8	47
2015	1	43	8	52
2016	0	58	8	66
2017	0	40	9	49
2018	0	103	11	114
2019	0	49	10	59
2020	0	39	7	46
2021	0	49	4	53
2022	0	90	7	97
2023	0	111	15	126
2024	0	41	6	47
Total	18	691	124	833

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Por fim, a Tabela 4 distingue os incentivos quanto à modalidade: Isenção do AFRMM, Redução de 75% do IRPJ ou Reinvestimento de 30% do IRPJ. Destaca-se a predominância da redução de 75% do IRPJ (691 concessões), que responde por cerca de 83% das operações. O Reinvestimento de 30% do IRPJ aparece como a segunda modalidade mais frequente (124), e a Isenção do AFRMM corresponde a volume reduzido (18), sugerindo que é aplicada a situações setoriais ou logísticas específicas. Assim como nos demais indicadores, verifica-se aumento no uso da Redução de 75% do IRPJ a partir de 2013 e novamente em 2018, coincidindo com a expansão no número de concessões observada na Tabela 2.

Além de examinar a evolução dos incentivos por estado, tipo de projeto e modalidade, também é fundamental observar como eles se distribuem segundo classificações territoriais adotadas nas políticas de desenvolvimento regional. As Tabelas 5, 6 e 7 fornecem essa perspectiva adicional, ao segmentar as concessões de acordo com critérios climáticos, de renda e de dinamismo socioeconômico.

Tabela 5. Número de incentivos concedidos por ano e por classificação climática

Ano	Semiárido		Total
	Não	Sim	
2010	2	1	3
2011	10	1	11
2012	8	0	8
2013	33	22	55
2014	31	16	47
2015	32	20	52
2016	36	30	66
2017	28	21	49
2018	61	53	114
2019	33	26	59
2020	22	24	46
2021	24	29	53
2022	51	46	97
2023	71	55	126
2024	19	28	47
Total	461	372	833

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Na Tabela 5, observam-se os incentivos concedidos em áreas classificadas como semiárido e fora do semiárido ao longo dos anos analisados: de um total de 833 concessões, 372 se destinaram ao semiárido, representando cerca de 45% do total. Embora a maior parte (461) tenha ido para zonas fora do semiárido, o volume na região

com clima mais adverso indica que a Sudene direciona esforços consideráveis a territórios historicamente vulneráveis. Além disso, percebe-se que, a partir de 2013, tanto o semiárido quanto as áreas não semiáridas passam a receber um número maior de incentivos anualmente, sugerindo que a disponibilidade de recursos e o interesse das empresas cresceram de modo relativamente sincronizado nessas duas frentes.

Já a Tabela 6 enfoca a tipologia adotada na segunda fase da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II), distinguindo regiões entre Alta Renda, Baixa Renda, Dinâmica e Estagnada. Constata-se que 407 concessões, quase metade do total, ocorrem em áreas classificadas como estagnadas, um dado relevante para as diretrizes de redução de assimetrias regionais. Além disso, 252 incentivos vão para territórios de alta renda, possivelmente pela maior capacidade de formulação de projetos nessas localidades, parte dos incentivos também chega a lugares mais vulneráveis.

Tabela 6. Número de incentivos concedidos por ano e por tipologia PNDR II

Ano	Alta renda	Baixa renda	Dinâmica	Estagnada	Total
2010	2	0	0	1	3
2011	10	0	0	1	11
2012	6	0	1	1	8
2013	16	0	9	30	55
2014	18	1	5	23	47
2015	24	2	8	18	52
2016	19	2	18	27	66
2017	14	1	6	28	49
2018	35	1	17	61	114
2019	17	2	12	28	59
2020	9	2	7	28	46
2021	6	3	16	28	53
2022	28	5	15	49	97
2023	33	8	21	64	126
2024	15	2	10	20	47
Total	252	29	145	407	833

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

A Tabela 7, por sua vez, aprofunda esse recorte ao mesclar níveis de renda e dinamismo, como baixa renda e baixo dinamismo ou média renda e alto dinamismo. O panorama evidenciado confirma que, embora haja incentivos concentrados em zonas historicamente consolidadas, parte deles se espalha por regiões menos favorecidas economicamente, muitas vezes combinando baixa renda com baixo dinamismo. Essa

diversidade mostra tanto a busca de abarcar áreas já produtivas quanto a tentativa de levar recursos a territórios necessitados de estímulos mais intensos.

Tabela 7. Número de incentivos concedidos por ano e por tipologia sub-regional

Ano	Alta Renda e Alto Dinamismo	Alta Renda e Baixo Dinamismo	Alta Renda e Médio Dinamismo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	Baixa Renda e Médio Dinamismo	Média Renda e Alto Dinamismo	Média Renda e Baixo Dinamismo	Média Renda e Médio Dinamismo	Total
2011	0	3	7	0	0	0	0	1	11
2012	0	2	4	0	0	1	0	1	8
2013	0	3	13	0	0	9	8	22	55
2014	0	4	14	1	0	5	11	12	47
2015	1	4	19	0	0	8	4	16	52
2016	1	1	17	0	3	18	11	15	66
2017	1	5	8	0	0	6	8	21	49
2018	3	3	29	0	1	17	24	37	114
2019	3	0	14	0	2	12	12	16	59
2020	1	1	7	0	2	7	10	18	46
2021	2	2	2	1	0	16	8	22	53
2022	3	3	22	1	3	15	11	39	97
2023	2	4	27	2	5	21	21	44	126
2024	6	2	7	1	1	10	3	17	47
Total	23	37	192	6	17	145	131	282	833

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Em síntese, as Tabelas 2, 3 e 4 evidenciam (i) o crescimento significativo dos incentivos a partir de 2013, (ii) concentrações relevantes em alguns estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) e (iii) destaque para projetos de Modernização e para a modalidade de Redução de 75% do IRPJ. Esses resultados sugerem que a política de incentivos fiscais tem sido amplamente utilizada como instrumento de renovação tecnológica e competitiva, sobretudo em áreas historicamente consolidadas. Entretanto, as Tabelas 5, 6 e 7, ao classificarem os incentivos por critérios climáticos (semiárido e fora do semiárido), de renda (PNDR II) e de dinamismo sub-regional, mostram que uma parcela expressiva das concessões também ocorre em regiões com maior vulnerabilidade. Em particular, constata-se que quase metade das concessões estão no semiárido (Tabela 5) e que cerca de metade (407) se destina a áreas consideradas “Estagnadas” (Tabela 6). Por sua vez, a abertura por combinações de renda e dinamismo (Tabela 7) confirma a presença de incentivos em localidades classificadas como Baixa Renda e Baixo Dinamismo, ratificando o objetivo de fomentar o desenvolvimento em territórios menos favorecidos. Assim, embora se perceba forte adesão em centros produtivos consolidados, há indicativos de que a política também atinge regiões social e economicamente mais frágeis, o que reforça a necessidade de investigar em que medida estados com menor acesso ou

projetos de implantação podem ser ainda mais estimulados, ampliando o alcance do desenvolvimento regional almejado.

3.1.2. Investimentos

Os investimentos realizados pelas empresas contempladas pela política de incentivos fiscais são indicadores centrais para avaliar a abrangência e a profundidade dos resultados esperados, uma vez que esses aportes tendem a repercutir diretamente na capacidade produtiva, na geração de empregos e na competitividade do setor. Nesta subseção, são analisados o comportamento e a evolução dos investimentos ao longo do período estudado, buscando identificar possíveis padrões, flutuações conjunturais e potenciais gargalos regionais ou setoriais.

A Figura 3 apresenta a evolução dos investimentos realizados pelas empresas que receberam incentivos entre 2010 e agosto de 2024. Observa-se crescimento acentuado no início da série, partindo de valores próximos a zero até atingir seu máximo por volta de 2013. Após esse ápice, verifica-se um movimento de queda em meados de 2014 e 2015, seguido por nova oscilação em anos posteriores.

Entre 2016 e 2019, percebe-se trajetória descendente, possivelmente relacionada a contextos econômicos adversos, como crises financeiras ou menor disponibilidade de crédito. O ano de 2020 indica o ponto mínimo da curva, coincidindo com restrições trazidas pelo cenário macroeconômico e desafios logísticos (reflexos da pandemia). A partir de 2021, surgem sinais de retomada, ainda que sem alcançar os níveis mais elevados dos primeiros anos, no entanto, 2022 mostra uma recuperação vigorosa antes de nova retração em 2023.

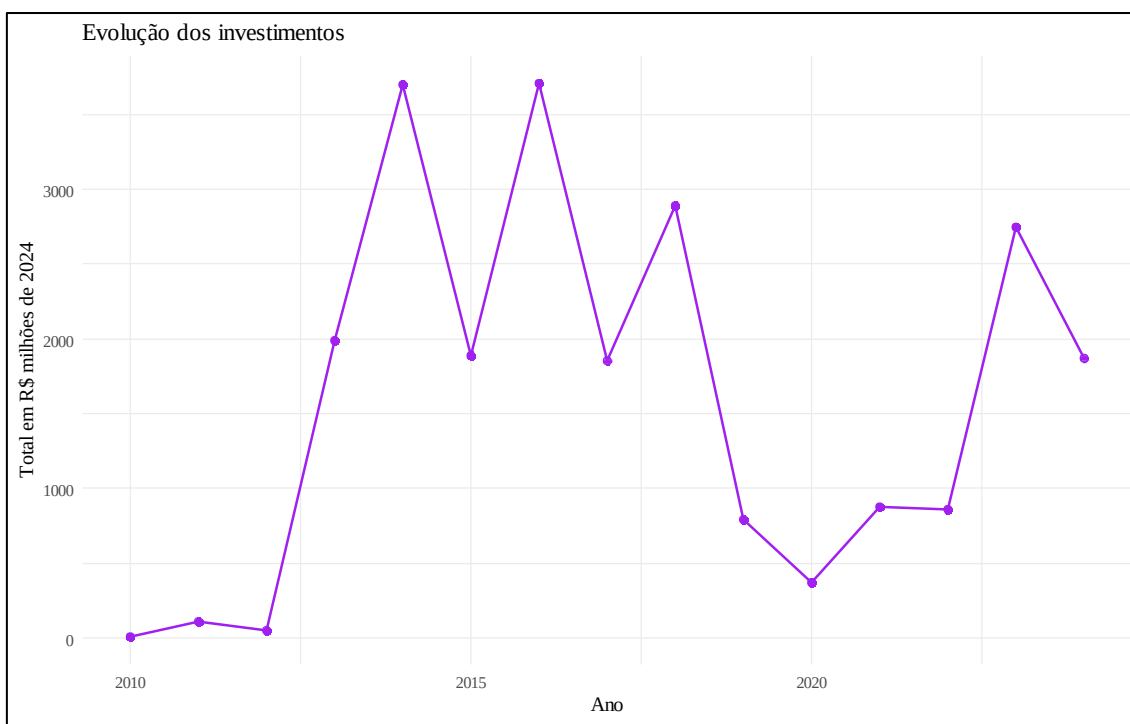


Figura 3 – Evolução dos investimentos realizados pelas empresas beneficiadas.
 Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Essas oscilações podem refletir, em parte, ajustes na concessão de incentivos, bem como a capacidade das empresas de mobilizar recursos próprios ou buscar financiamentos adicionais. Outro aspecto a considerar é a maturação dos projetos de modernização, diversificação ou ampliação, que podem exigir grandes desembolsos em alguns anos e ajustes em outros. No geral, a evolução sugere que, quando há um ambiente econômico mais favorável e maior difusão dos benefícios fiscais, as empresas elevam seus investimentos, em contrapartida, períodos de incerteza ou de revisões normativas podem levar à postergação ou redução desses aportes.

Além da evolução geral dos valores investidos, é fundamental compreender como esse montante é distribuído entre as diferentes unidades da federação, a natureza dos projetos (ampliação, diversificação, etc.) e as modalidades de benefício (isenção do AFRMM, redução de 75% do IRPJ ou reinvestimento de 30% do IRPJ). As Tabelas 8, 9 e 10 abordam essa dimensão, permitindo análise detalhada dos aportes financeiros no setor de alimentos e bebidas.

A Tabela 8 exhibe o volume total de recursos declarados pelas empresas, em milhões de reais de 2024, distribuídos anualmente e por estado. Observam-se variações relevantes em alguns períodos, em 2013 por exemplo, o valor agregado ultrapassa R\$ 1,9 bilhão, concentrando-se, sobretudo, em Pernambuco (aproximadamente R\$ 1,26 bi), além

de volumes expressivos na Bahia e Alagoas. Já em 2014, atinge quase R\$ 3,7 bilhões, impulsionado principalmente pela Bahia (R\$ 2,7 bi), indicando projetos de grande porte aprovados nesse intervalo.

Tabela 8. Investimento total realizado pelas empresas por ano e por estado, em R\$ milhões de 2024

Ano	BA	CE	PE	AL	PB	RN	MA	ES	MG	SE	PI	Total
2010	1,4	2,1	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,4
2011	38,9	8,3	1,0	12,9	49,8	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	111,6
2012	6,5	2,7	12,2	0,0	9,3	0,0	24,3	0,0	0,0	0,0	0,0	54,9
2013	237,5	13,5	1.263,3	78,5	113,7	103,6	21,1	98,8	54,8	6,7	0,0	1.991,5
2014	2.716,3	51,7	747,9	17,9	92,2	29,9	11,5	0,7	16,7	9,3	0,0	3.694,2
2015	199,9	171,3	629,5	11,8	58,8	25,5	4,2	612,8	32,2	143,3	1,2	1.890,6
2016	474,5	510,1	1.980,7	60,9	93,2	37,5	0,0	24,5	342,4	79,6	104,2	3.707,6
2017	496,0	323,5	733,3	117,1	35,9	2,9	5,6	7,7	2,9	123,0	3,4	1.851,3
2018	975,0	195,7	911,2	28,0	7,1	251,9	23,5	44,5	277,3	152,9	22,0	2.889,2
2019	304,3	43,0	82,8	212,8	3,0	60,8	18,4	5,7	38,4	11,1	11,1	791,4
2020	84,4	85,4	106,8	13,8	57,3	0,0	1,8	8,1	8,0	0,0	5,7	371,2
2021	199,1	20,3	108,5	6,7	1,7	325,8	11,9	101,9	10,9	16,3	77,3	880,3
2022	252,4	159,5	72,0	46,3	36,3	12,8	9,1	51,9	105,3	48,4	64,2	858,3
2023	806,1	226,3	821,9	106,3	239,7	93,7	3,8	66,5	255,5	121,6	5,4	2.747,0
2024	50,8	91,6	756,4	21,1	0,9	44,2	134,1	741,2	0,0	0,0	29,4	1.869,7
Total	6.843,2	1.905,3	8.230,2	734,0	798,9	989,3	269,2	1.764,4	1.144,3	712,2	323,9	23.715,1

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Outro ponto a ser destacado é a distribuição concentrada em alguns estados, Bahia (R\$ 6,8 bilhões) e Pernambuco (R\$ 8,2 bilhões) lideram o acumulado no período, seguidos pelo Ceará (R\$ 1,9 bi). Esse padrão é coerente com a concentração espacial já identificada no número de incentivos, embora haja anos em que outros estados, como Minas Gerais e Espírito Santo, apresentem saltos pontuais.

Nota-se, ainda, flutuações relacionadas a conjunturas, ocorrem quedas importantes em 2019 (R\$ 791 milhões) e 2020 (R\$ 371 milhões), coincidentes com cenários macroeconômicos mais desafiadores ou restrições orçamentárias. Em 2021 e 2022, nota-se certa recuperação, mas sem alcançar os níveis máximos da série.

Por sua vez, a Tabela 9 organiza o total de investimentos por ano e pela natureza dos projetos (Ampliação, Diversificação, Modernização etc.). Constata-se o predomínio do tipo de projeto caracterizado como Modernização. O conjunto de iniciativas rotuladas como “Modernização” ou “Modernização Total” perfazem cerca de R\$ 13 bilhões, mais da metade do total (R\$ 23,7 bi). Esse volume confirma que parte das empresas usa os incentivos para renovar instalações e processos produtivos.

Em relação aos tipos de projeto rotulados como Diversificação e Implantação, observa-se que “Diversificação” ultrapassa R\$ 1,4 bilhão, com destaque para anos como

2013 (R\$ 224,8 mi) e 2019 (R\$ 223,6 mi), já “Implantação” soma R\$ 8,3 bi e ocorre, principalmente, em 2014 (R\$ 2,2 bi) e 2016 (R\$ 2,2 bi). O tipo Ampliação ainda é pouco recorrente, embora apareça um montante de R\$ 298,3 mi, não é representativa diante das demais categorias.

Tabela 9. Investimento total realizado pelas empresas por ano e por tipo de projeto, em R\$ milhões de 2024

Ano	Ampliação	Complementação Equipamentos	Diversificação	Implantação	Modernização	Modernização Total	Total
2010	0,0	6,4	0,0	0,0	0,0	0,0	6,4
2011	0,0	111,6	0,0	0,0	0,0	0,0	111,6
2012	0,0	52,3	0,0	0,0	0,0	2,7	54,9
2013	0,0	32,3	224,8	1.188,5	0,0	545,9	1.991,5
2014	14,8	9,4	181,3	2.228,8	350,1	909,9	3.694,2
2015	283,6	12,7	426,6	110,6	0,0	1.057,1	1.890,6
2016	0,0	26,0	33,4	2.271,7	0,0	1.376,6	3.707,6
2017	0,0	30,1	11,2	435,4	0,0	1.374,5	1.851,3
2018	0,0	8,0	29,1	214,1	0,0	2.638,0	2.889,2
2019	0,0	9,9	223,6	92,0	0,0	465,9	791,4
2020	0,0	10,3	10,7	135,6	0,0	214,5	371,2
2021	0,0	2,6	37,9	191,1	0,0	648,7	880,3
2022	0,0	11,2	177,4	202,1	0,0	467,6	858,3
2023	0,0	13,8	26,9	187,4	0,0	2.518,9	2.747,0
2024	0,0	7,5	22,0	1.046,4	0,0	793,7	1.869,7
Total	298,3	344,2	1.404,6	8.303,7	350,1	13.014,1	23.715,1

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Essas cifras sinalizam que, na maior parte do período analisado, as empresas optam por melhorar estruturas existentes (modernizar e diversificar) em vez de criar unidades totalmente novas ou ampliar significativamente suas operações, o que pode ser resultado de estratégias defensivas ou de oportunidades específicas em setores maduros.

Por fim, a Tabela 10 apresenta o investimento agregado segundo a modalidade de incentivo: Isenção do AFRMM, Redução de 75% do IRPJ ou Reinvestimento de 30% do IRPJ. Nota-se a predominância da Redução de 75% do IRPJ, o valor total associado a esta modalidade ultrapassa R\$ 21,9 bilhões, equivalendo a cerca de 92% do montante declarado (R\$ 23,7 bi). Especialmente em anos como 2014 (R\$ 3,2 bi) e 2016 (R\$ 3,7 bi), percebe-se concentração dos recursos alocados via redução do IRPJ.

A Isenção do AFRMM, com R\$ 1,45 bi acumulado, tem seu pico em 2013 (R\$ 1,03 bi), sugerindo que operações marítimas específicas naquele ano tiveram um peso considerável para esse tipo de isenção.

Tabela 10. Investimento total realizado pelas empresas por ano e por tipo de incentivo, em R\$ milhões de 2024

Ano	Isenção do AFRMM	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Redução de 75% do IRPJ	Total
2010	0,0	6,4	0,0	6,4
2011	0,0	111,6	0,0	111,6
2012	0,0	52,3	2,7	54,9
2013	1.030,6	32,3	928,6	1.991,5
2014	421,6	9,4	3.263,2	3.694,2
2015	4,2	12,7	1.873,7	1.890,6
2016	0,0	26,0	3.681,7	3.707,6
2017	0,0	30,1	1.821,1	1.851,3
2018	0,0	8,0	2.881,2	2.889,2
2019	0,0	9,9	781,5	791,4
2020	0,0	10,3	360,8	371,2
2021	0,0	2,6	877,7	880,3
2022	0,0	11,2	847,0	858,3
2023	0,0	13,8	2.733,2	2.747,0
2024	0,0	7,5	1.862,1	1.869,7
Total	1.456,4	344,2	21.914,4	23.715,1

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Já a modalidade Reinvestimento de 30% do IRPJ totaliza R\$ 344,2 mi, volume menor que as demais, mas constante na série. Anos como 2015 (R\$ 12,7 mi) e 2016 (R\$ 26 mi) aparecem com incrementos relevantes, possivelmente associados a empresas de menor porte que financiam melhorias incrementais.

De modo geral, a “Redução de 75% do IRPJ” desponta como a modalidade mais atrativa para investimentos de grande escala. Já a Isenção do AFRMM revela-se um instrumento mais restrito, porém ainda relevante em anos pontuais. Por sua vez, o Reinvestimento de 30% do IRPJ funciona como um reforço para aportes adicionais, embora não atinja níveis comparáveis à redução de IRPJ.

A análise conjunta das Tabelas 8, 9 e 10 confirma a existência de oscilações anuais e concentração significativa de investimentos em alguns estados (a exemplo de Pernambuco e Bahia) e em tipos de projetos associados à modernização. A prevalência da Redução de 75% do IRPJ como fonte de incentivo financeiro ressalta seu papel estruturante para empreendimentos que buscam maior competitividade. Essas observações complementam a Figura 3, fornecendo detalhes sobre onde, em que tipo de projeto e sob qual modalidade ocorrem os principais aportes. Em suma, o período analisado reflete uma política que, em anos favoráveis, pode mobilizar valores expressivos para a renovação do parque industrial do setor de alimentos e bebidas, mas que também sofre variações marcantes conforme a conjuntura econômica e regulatória.

Levando-se em consideração o montante total investido (cerca de R\$ 23.715,1 milhões) e o total de 575 empresas que receberam incentivos, o investimento médio por empresa é de cerca de R\$ 41,2 milhões, ou seja, são investimentos significativos, normalmente feitos por empresas de grande porte. Esses valores se referem a uma média global ao longo de todo o período analisado, sem distinguir diferenças setoriais, porte das empresas ou dinâmica temporal na aplicação dos recursos. Portanto, servem como indicadores agregados, não necessariamente refletindo a situação de cada empreendimento de forma individual.

As Tabelas 11, 12 e 13 complementam a análise dos investimentos ao comparar o montante total declarado com diferentes classificações territoriais, sejam elas de natureza climática (semiárido e fora do semiárido), de renda (PNDR II) ou sub-regional (combinando renda e dinamismo).

A Tabela 11 faz a distinção entre semiárido e fora do semiárido, revelando que, embora a maioria dos recursos (R\$ 16,7 bilhões) seja alocada em áreas fora do semiárido, uma parcela expressiva (cerca de R\$ 7 bilhões) financia projetos em zonas de clima mais adverso. Esse volume demonstra o esforço de canalizar investimentos para regiões historicamente vulneráveis, sugerindo que as empresas estão dispostas a implantar ou modernizar unidades produtivas mesmo em locais onde há maiores desafios de infraestrutura e disponibilidade de recursos hídricos.

Tabela 11. Investimento total realizado pelas empresas por ano e classificação climática, em R\$ milhões de 2024

Ano	Semiárido		Total
	Não	Sim	
2010	5,0	1,4	6,4
2011	110,9	0,7	111,6
2012	54,9	0,0	54,9
2013	1.550,4	441,1	1.991,5
2014	3.395,4	298,9	3.694,2
2015	1.291,7	598,9	1.890,6
2016	2.785,0	922,6	3.707,6
2017	1.416,9	434,4	1.851,3
2018	1.498,4	1.390,8	2.889,2
2019	580,6	210,8	791,4
2020	169,4	201,8	371,2
2021	589,4	290,9	880,3
2022	406,0	452,2	858,3
2023	1.448,2	1.298,9	2.747,0
2024	1.389,8	479,8	1.869,7
Total	16.692,1	7.023,0	23.715,1

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Na Tabela 12, observa-se o enquadramento conforme a tipologia da PNDR II, classificando as localidades em Alta Renda, Estagnadas, Dinâmicas ou de Baixa Renda. Sobressaem-se os territórios rotulados como “Estagnados”, que recebem a maior parcela do investimento (R\$ 13,7 bilhões). Esse fato sugere que a Sudene, por meio da política de incentivos, prioriza ou, ao menos, atinge de forma considerável áreas que necessitam de estímulos para reverter quadros de estagnação econômica. As regiões de Alta Renda também reúnem volumes relevantes (R\$ 5,8 bilhões), refletindo que muitos projetos de grande porte permanecem direcionados a polos urbanos e industriais já consolidados, ainda que a política também assegure recursos a locais de menor dinamismo.

Tabela 12. Investimento total realizado pelas empresas por ano e tipologia PNDR II, em R\$ milhões de 2024

Ano	Alta renda	Estagnada	Dinâmica	Baixa renda	Total
2010	5,0	1,4	0,0	0,0	6,4
2011	110,9	0,7	0,0	0,0	111,6
2012	43,6	1,6	9,6	0,0	54,9
2013	490,7	1222,6	278,3	0,0	1991,5
2014	1088,8	2365,6	236,2	3,6	3694,2
2015	381,9	1017,9	482,7	8,1	1890,6
2016	867,1	2153,7	664,5	22,4	3707,6
2017	364,9	1434,9	50,4	1,1	1851,3
2018	864,7	1328,7	695,6	0,2	2889,2
2019	136,9	560,5	84,8	9,2	791,4
2020	74,9	251,7	40,9	3,7	371,2
2021	72,3	363,4	422,9	21,7	880,3
2022	368,9	312,3	144,4	32,7	858,3
2023	841,3	1198,0	594,6	113,2	2747,0
2024	61,6	1541,0	251,3	15,7	1869,7
Total	5773,5	13753,9	3956,1	231,6	23715,1

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Em vários casos, o aporte de capital ocorre em locais caracterizados por baixa renda, mas com médio ou alto dinamismo, indicando que determinados núcleos produtivos, mesmo sem elevada renda *per capita*, demonstram potencial de crescimento econômico sustentado.

No conjunto, as Tabelas 11, 12 e 13 evidenciam que os investimentos alavancados pelos incentivos fiscais não apenas acompanham a concentração econômica em estados já consolidados, mas também alcançam regiões de clima desafiador, renda limitada e dinamismo econômico reduzido. Apesar de alguns polos de maior densidade industrial

continuarem atraindo a maior parcela dos recursos, há sinais de capilaridade, com volumes significativos indo para áreas estagnadas e semiáridas.

Tabela 13. Investimento total realizado pelas empresas por ano e tipologia sub-regional, em R\$ milhões de 2024

Ano	Alta Renda e Médio Dinamismo	Média Renda e Médio Dinamismo	Alta Renda e Baixo Dinamismo	Média Renda e Alto Dinamismo	Média Renda e Baixo Dinamismo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	Alta Renda e Alto Dinamismo	Baixa Renda e Médio Dinamismo	Total
2010	5,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,4
2011	72,0	0,7	38,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	111,6
2012	37,1	1,6	6,5	9,6	0,0	0,0	0,0	0,0	54,9
2013	479,1	1058,7	11,6	278,3	163,9	0,0	0,0	0,0	1991,5
2014	841,1	2270,6	247,7	236,2	95,0	3,6	0,0	0,0	3694,2
2015	294,4	933,6	86,2	482,7	92,4	0,0	1,2	0,0	1890,6
2016	769,7	1956,9	86,0	664,5	165,6	0,0	11,5	53,5	3707,6
2017	254,3	1000,6	108,1	50,4	435,4	0,0	2,5	0,0	1851,3
2018	717,3	1043,0	125,4	695,6	285,6	0,0	22,0	0,2	2889,2
2019	129,1	319,3	0,0	84,8	241,2	0,0	7,7	9,2	791,4
2020	32,2	138,4	37,0	40,9	113,3	0,0	5,7	3,7	371,2
2021	4,0	200,6	0,6	422,9	177,8	6,7	67,7	0,0	880,3
2022	151,2	254,4	153,5	144,4	60,8	19,3	64,2	10,6	858,3
2023	623,4	659,5	212,4	594,6	464,7	53,9	5,4	133,1	2747,0
2024	21,2	1535,4	11,0	251,3	5,7	10,0	29,4	5,7	1869,7
Total	4431,2	11374,8	1125,0	3956,1	2301,2	93,5	217,3	216,0	23715,1

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Esse padrão sugere que a política de incentivos, embora amplamente adotada por empresas de maior envergadura, também cumpre seu propósito de direcionar aportes a territórios menos desenvolvidos. Ainda assim, a discrepância entre as diferentes tipologias de renda e dinamismo indica a oportunidade de aprimorar critérios de priorização, a fim de fortalecer o potencial transformador desses investimentos e reduzir, de modo mais efetivo, as desigualdades regionais que persistem na área de atuação da Sudene.

3.1.3. Redução por reinvestimentos

A modalidade de redução por reinvestimento integra o conjunto de incentivos fiscais administrados pela Sudene e consiste, em linhas gerais, na possibilidade de empresas abaterem uma parcela do imposto devido (normalmente até 30% do IRPJ) desde que esses valores sejam reinvestidos em projetos produtivos – como modernização, ampliação ou diversificação – dentro da área de atuação da Autarquia. Esse mecanismo, estimula o uso contínuo de recursos na própria atividade, fortalecendo a capacidade competitiva dos empreendimentos e contribuindo para a promoção do desenvolvimento

regional. Para avaliar como esse tipo de incentivo se concretiza na prática, observam-se a Figura 4 e as Tabelas 14, 15 e 16, que detalham, respectivamente, a redução total por reinvestimento declarado por estado, por tipo de projeto e por modalidade de incentivo.

Em termos de evolução temporal, a Figura 4 ilustra um ápice inicial em 2011, decorrente principalmente do volume expressivo na Bahia e na Paraíba, seguido de uma queda pronunciada nos anos subsequentes. A partir de 2016, surgem oscilações que se mantêm em patamares baixos, confirmando que, embora seja um incentivo relevante para alguns projetos pontuais, a redução por reinvestimento possui alcance mais limitado do que outras modalidades (caso da redução de 75% do IRPJ). Ainda assim, seu caráter de fomento ao uso contínuo de recursos no próprio negócio o torna uma alternativa para empresas que buscam renovação ou expansão gradual, especialmente em localidades onde a adesão aos incentivos fiscais ainda enfrenta maiores desafios.

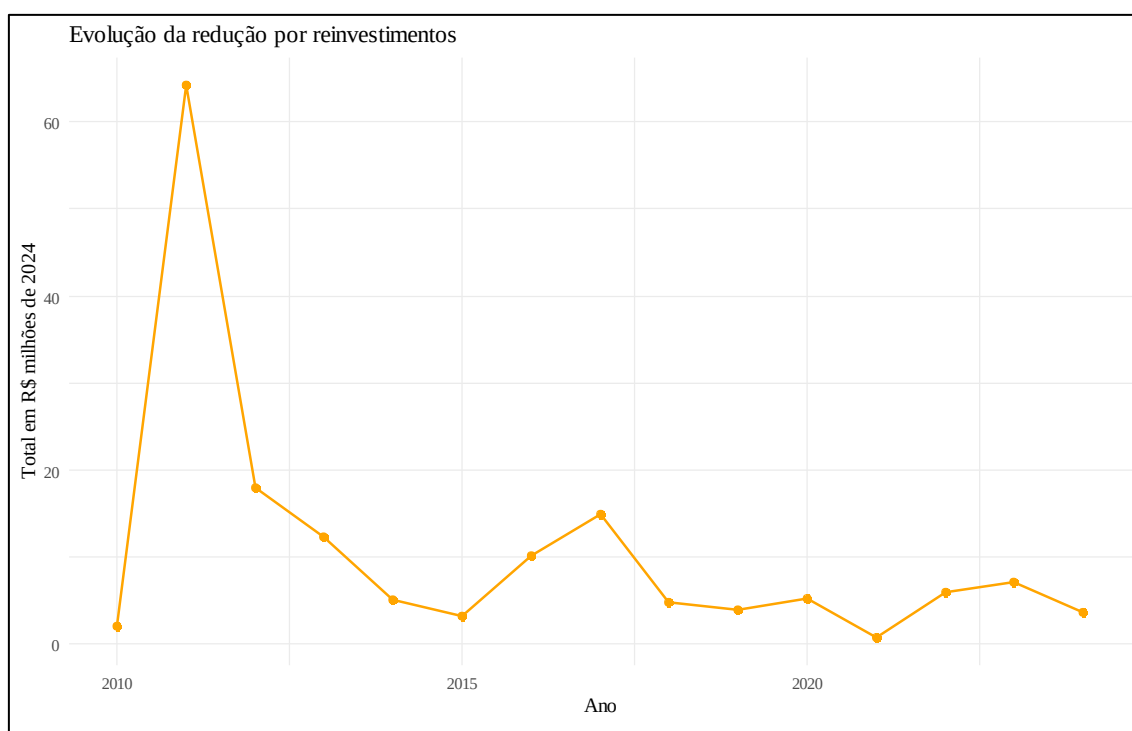


Figura 4 – Evolução da redução por reinvestimento realizados pelas empresas beneficiadas.

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

A Tabela 14 evidencia que, embora os montantes sejam relativamente inferiores quando comparados a outras formas de benefício, há períodos em que o reinvestimento assume papel de destaque em determinados estados. Em 2011, por exemplo, a Bahia registra R\$ 22,2 milhões de redução, ao passo que a Paraíba atinge R\$ 32,6 milhões no

mesmo ano, reforçando a ideia de que o recurso pode ganhar relevância em regiões menos tradicionais, desde que haja projetos bem estruturados. Já 2016 apresenta uma distribuição mais diversificada, com valores significativos em alguns estados (caso do Ceará, que chega a R\$ 7,2 milhões), o que contribui para elevar o total daquele ano a R\$ 10,1 milhões.

Tabela 14. Redução total por reinvestimento realizado pelas empresas por ano e por estado, em R\$ milhões de 2024

Ano	BA	CE	PE	AL	PB	RN	MA	ES	MG	SE	PI	Total
2010	0,2	0,1	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1
2011	22,2	4,6	0,6	3,9	32,6	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	64,3
2012	1,6	0,0	3,5	0,0	5,5	0,0	7,3	0,0	0,0	0,0	0,0	17,9
2013	5,7	0,4	0,6	2,0	1,2	0,7	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	12,2
2014	0,1	1,1	0,7	0,0	0,0	2,4	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	5,1
2015	0,0	2,7	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	3,1
2016	0,2	7,2	0,1	1,8	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,1
2017	0,7	8,3	1,6	0,0	0,0	0,0	2,5	1,8	0,0	0,0	0,0	14,9
2018	0,6	3,4	0,4	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	4,7
2019	0,0	1,1	0,7	0,0	0,1	0,8	0,6	0,7	0,0	0,0	0,0	4,0
2020	0,8	3,2	0,5	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2
2021	0,0	0,0	0,2	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
2022	3,1	0,1	0,2	1,5	0,5	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	6,0
2023	1,0	1,0	0,2	0,5	0,0	2,2	0,0	1,8	0,2	0,3	0,0	7,1
2024	0,0	0,0	1,6	1,2	0,6	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	3,7
Total	36,3	33,0	13,1	11,5	40,8	7,5	12,9	5,4	0,2	0,3	0,0	161,0

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

A Tabela 15, ao classificar a redução por reinvestimento conforme o tipo de projeto, mostra concentração em “Complementação de Equipamentos” (R\$ 161 milhões ao longo de toda a série). Isso sugere que grande parte dos aportes feitos via reinvestimento ocorreu para melhorias pontuais na estrutura produtiva, em vez de iniciativas mais robustas de ampliação ou implantação. Os valores permanecem consistentemente zero nas demais categorias, indicando que a formalização do incentivo tem sido declarada especificamente nessa rubrica.

Tabela 15. Redução total por reinvestimento declarado pelas empresas por ano e por tipo de projeto, em R\$ milhões de 2024

Ano	Ampliação	Complementação Equipamentos	Diversificação	Implantação	Modernização	Modernização Total	Total
2010	0,0	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1
2011	0,0	64,3	0,0	0,0	0,0	0,0	64,3
2012	0,0	17,9	0,0	0,0	0,0	0,0	17,9
2013	0,0	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	12,2
2014	0,0	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	5,1
2015	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	3,1
2016	0,0	10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	10,1
2017	0,0	14,9	0,0	0,0	0,0	0,0	14,9
2018	0,0	4,7	0,0	0,0	0,0	0,0	4,7
2019	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0
2020	0,0	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2
2021	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
2022	0,0	6,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0
2023	0,0	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0	7,1
2024	0,0	3,7	0,0	0,0	0,0	0,0	3,7
Total	0,0	161,0	0,0	0,0	0,0	0,0	161,0

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Finalmente, a Tabela 16 compara esse montante de reinvestimento aos outros incentivos (isenção do AFRMM e redução de 75% do IRPJ).

Tabela 16. Redução total por reinvestimento realizado pelas empresas por ano e por tipo de incentivo, em R\$ milhões de 2024

Ano	Isenção do AFRMM	Redução de 75% do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Total
2010	0,0	0,0	2,1	2,1
2011	0,0	0,0	64,3	64,3
2012	0,0	0,0	17,9	17,9
2013	0,0	0,0	12,2	12,2
2014	0,0	0,0	5,1	5,1
2015	0,0	0,0	3,1	3,1
2016	0,0	0,0	10,1	10,1
2017	0,0	0,0	14,9	14,9
2018	0,0	0,0	4,7	4,7
2019	0,0	0,0	4,0	4,0
2020	0,0	0,0	5,2	5,2
2021	0,0	0,0	0,7	0,7
2022	0,0	0,0	6,0	6,0
2023	0,0	0,0	7,1	7,1
2024	0,0	0,0	3,7	3,7
Total	0,0	0,0	161,0	161,0

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Observa-se que a totalidade dos R\$ 161 milhões declarados via reinvestimento está concentrada na própria linha “Reinvestimento de 30% do IRPJ”, não havendo registros cruzados com as modalidades de AFRMM ou redução de IRPJ de 75%. Esses dados corroboram a ideia de que o reinvestimento funciona como um instrumento complementar, ainda que de intensidade menor se confrontado com a popularidade da redução de IRPJ de 75%.

As Tabelas 17, 18 e 19 proporcionam uma visão abrangente de como o valor total referente à redução por reinvestimento se distribuiu, sob diferentes classificações territoriais. A Tabela 17 distingue a localização dos projetos em áreas de semiárido e não semiárido, revelando que, embora a maior parte (cerca de R\$ 133 milhões) se concentre nas regiões fora do semiárido, há ainda um montante expressivo (quase R\$ 30 milhões) alocado em localidades semiáridas. Esse dado sugere que, mesmo em zonas climaticamente mais adversas, algumas empresas encontram condições de reinvestir em projetos produtivos, aproveitando a modalidade de incentivo para fortalecer suas operações e contribuir para o desenvolvimento local.

Tabela 17. Redução total por reinvestimento realizado pelas empresas por ano e por classificação climática, em R\$ milhões de 2024

Ano	Semiárido		Total
	Não	Sim	
2010	1,8	0,2	2,1
2011	63,8	0,4	64,3
2012	17,9	0,0	17,9
2013	8,6	3,6	12,2
2014	1,8	3,3	5,1
2015	2,6	0,6	3,1
2016	9,3	0,8	10,1
2017	10,3	4,6	14,9
2018	3,3	1,4	4,7
2019	2,4	1,6	4,0
2020	4,4	0,8	5,2
2021	0,0	0,6	0,7
2022	0,8	5,2	6,0
2023	4,3	2,9	7,1
2024	1,5	2,2	3,7
Total	132,8	28,2	161,0

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Na Tabela 18, que se baseia na tipologia da PNDR II (categorizando as regiões em Alta Renda, Estagnadas, Dinâmicas ou de Baixa Renda), percebe-se um destaque para

as áreas classificadas como Alta Renda, que totalizam R\$ 116,3 milhões do conjunto de R\$ 161 milhões destinados ao reinvestimento. Isso indica que muitas firmas bem estruturadas, situadas em centros urbanos ou produtivos mais consolidados, encontram no reinvestimento uma oportunidade de ampliar ou modernizar suas atividades. Ainda assim, uma parcela de quase R\$ 38 milhões se dirige a territórios considerados “Estagnados”, e parte menor, porém relevante, também chega a regiões “Dinâmicas” e de “Baixa Renda”, evidenciando o potencial redistributivo dessa modalidade mesmo que com uma intensidade menor que a Redução de 75% do IRPJ.

Tabela 18. Redução total por reinvestimento realizado pelas empresas por ano e por tipologia PNDR II, em R\$ milhões de 2024

Ano	Alta renda	Estagnada	Dinâmica	Baixa renda	Total
2010	1,8	0,2	0,0	0,0	2,1
2011	63,8	0,4	0,0	0,0	64,3
2012	14,8	1,1	2,0	0,0	17,9
2013	3,2	8,5	0,5	0,0	12,2
2014	1,4	3,8	0,0	0,0	5,1
2015	2,4	0,2	0,5	0,0	3,1
2016	9,0	1,0	0,0	0,0	10,1
2017	8,5	5,8	0,6	0,0	14,9
2018	3,2	1,4	0,0	0,1	4,7
2019	1,7	2,0	0,3	0,0	4,0
2020	3,8	0,8	0,5	0,0	5,2
2021	0,0	0,4	0,2	0,0	0,7
2022	0,2	4,1	1,5	0,1	6,0
2023	1,2	5,4	0,5	0,0	7,1
2024	1,2	2,5	0,0	0,0	3,7
Total	116,3	37,7	6,8	0,2	161,0

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Por fim, a Tabela 19 refina esse enquadramento ao articular renda e dinamismo sub-regional, como “Alta Renda e Médio Dinamismo” ou “Baixa Renda e Baixo Dinamismo”. Nessa ótica, a maior fatia dos recursos (R\$ 92,4 milhões) concentra-se nas áreas de “Alta Renda e Médio Dinamismo”, enquanto cerca de R\$ 24,2 milhões se destina a “Média Renda e Médio Dinamismo” e R\$ 23,9 milhões a “Alta Renda e Baixo Dinamismo”. Apesar de volumes modestos em relação ao total de incentivos, verifica-se a presença de incentivos até em contextos menos favoráveis, como “Média Renda e Baixo Dinamismo”, ainda que em proporção mais limitada (R\$ 13,5 milhões). Esse arranjo sinaliza que, embora os recursos de reinvestimento predominem em polos de maior

capacidade econômica, existe uma difusão mínima em localidades de menor dinamismo, cumprindo, em certa medida, a perspectiva de estímulo ao desenvolvimento regional.

Tabela 19. Redução total por reinvestimento declarado pelas empresas por ano e por tipologia sub-regional, em R\$ milhões de 2024

Ano	Alta Renda e Médio Dinamismo	Média Renda e Médio Dinamismo	Alta Renda e Baixo Dinamismo	Média Renda e Alto Dinamismo	Média Renda e Baixo Dinamismo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	Alta Renda e Alto Dinamismo	Baixa Renda e Médio Dinamismo	Total
2010	1,8	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1
2011	41,6	0,4	22,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	64,3
2012	13,3	1,1	1,6	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17,9
2013	3,2	7,4	0,0	0,5	1,0	0,0	0,0	0,0	12,2
2014	1,4	1,4	0,0	0,0	2,4	0,0	0,0	0,0	5,1
2015	2,4	0,2	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	3,1
2016	9,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	10,1
2017	8,4	5,2	0,1	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	14,9
2018	3,2	0,6	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,1	4,7
2019	1,7	1,4	0,0	0,3	0,6	0,0	0,0	0,0	4,0
2020	3,8	0,2	0,0	0,5	0,6	0,0	0,0	0,0	5,2
2021	0,0	0,4	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
2022	0,2	1,0	0,0	1,5	3,1	0,0	0,0	0,1	6,0
2023	1,2	2,3	0,0	0,5	3,2	0,0	0,0	0,0	7,1
2024	1,2	2,3	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	3,7
Total	92,4	24,2	23,9	6,8	13,5	0,0	0,0	0,2	161,0

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

As Tabelas 17, 18 e 19 deixam claro que o reinvestimento não representa a maior parte dos incentivos fiscais, mas desempenha papel importante em viabilizar melhorias incrementais e manutenção de competitividade, especialmente para empresas que já possuem alguma estrutura instalada. Embora áreas mais ricas e dinâmicas se beneficiem preferencialmente, parte dos recursos também chega a zonas semiáridas, estagnadas ou de baixa renda, ainda que em escala menor. Esse panorama reforça a natureza complementar do incentivo ao reinvestimento: trata-se de um instrumento que, ao longo dos anos, mantém um perfil modesto se comparado à Redução de 75% do IRPJ, mas que oferece espaço para empresas dispostas a continuar aplicando recursos em seus próprios negócios, sobretudo onde ainda persistem desafios de infraestrutura e menor atratividade econômica.

3.1.4. Geração de emprego

Nesta seção, analisam-se os efeitos dos incentivos fiscais sobre a criação de postos de trabalho, tanto de forma direta quanto indireta. Além disso, discute-se o

comportamento do saldo de empregos ao longo do período considerado. As principais variáveis aqui apresentadas são:

- Empregos diretos: estimativa de vínculos de trabalho (SIBF) gerados diretamente pelas empresas beneficiadas, seja na produção, administração ou distribuição. Como regra geral, incluem aqueles contratados pela própria firma para executar atividades relacionadas ao projeto incentivado (por exemplo, aumento da linha de produção, modernização, entre outros).
- Empregos indiretos: estimativa de vínculos de trabalho (SIBF) criados em setores que fornecem bens e serviços às empresas apoiadas, bem como em atividades de apoio ou logística. Essa cadeia de efeitos multiplicadores pode abranger desde fornecedores de matérias-primas até serviços de transporte e manutenção.
- Saldo de empregos: diferença entre o total de vínculos ativos (RAIS) em determinado momento e em períodos anteriores, a fim de avaliar em que medida o crescimento declarado de postos de trabalho corresponde a aumentos efetivos no quadro geral de empregados.

A seguir, apresentam-se as evidências disponíveis, organizadas em tabelas e figuras que permitem relacionar cada tipo de emprego (direto ou indireto) ao ano, ao estado, ao tipo de projeto e ao tipo de incentivo.

3.1.4.1. Empregos diretos

Os empregos diretos estão descritos nas Tabelas 20, 21 e 22, e ilustrados na Figura 5. Na Figura 5 percebe-se tendência positiva na geração de novos postos de trabalho apesar da volatilidade ao longo dos anos, com picos em 2011 (10.920), 2013 (36.072) e 2023 (58.990), intercalados por quedas em períodos de menor dinamismo econômico ou redução de novos projetos.

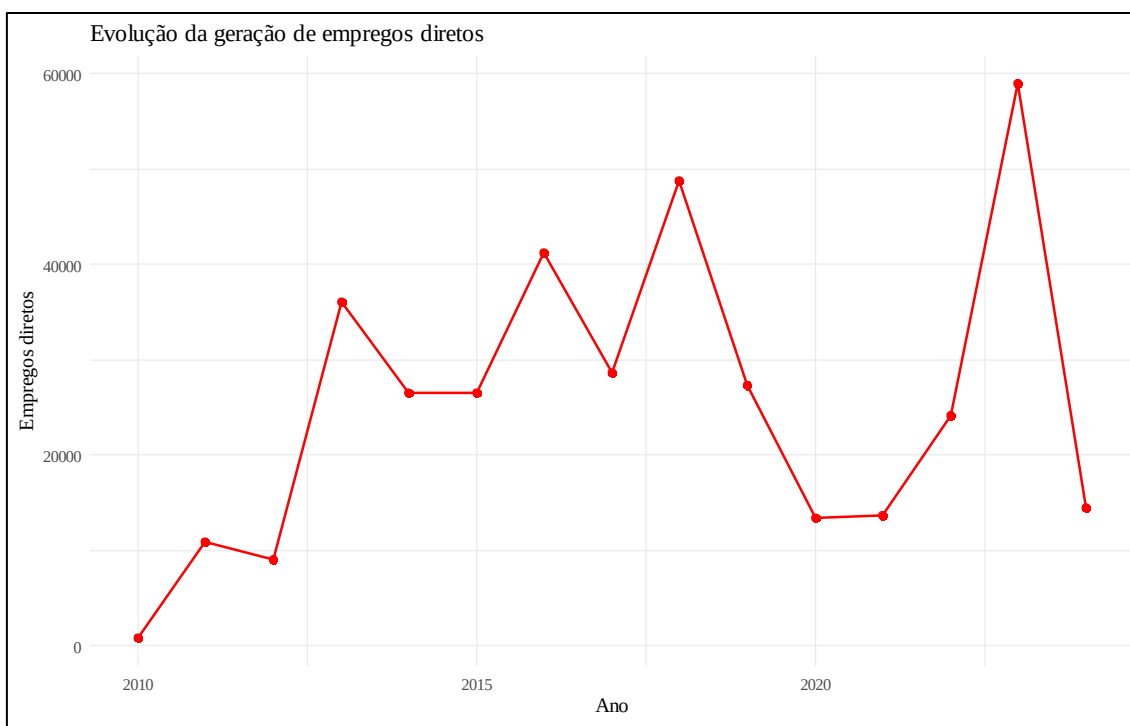


Figura 5 – Geração de empregos diretos declarados pelas empresas beneficiadas.
Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

A Tabela 20 mostra a distribuição de postos de trabalho por ano e por estado, evidenciando quantos vínculos de trabalho surgiram em cada unidade da federação. Bahia (69.627) e Pernambuco (123.918) lideram no acumulado, refletindo o padrão de concentração espacial já observado em outros indicadores. Em 2013, por exemplo, há um salto para 36.072 empregos diretos, coincidindo com um período de maior número de incentivos concedidos e execução de projetos de porte significativo.

Tabela 20. Total de empregos diretos gerados pelas empresas por ano e por estado

Ano	BA	CE	PE	AL	PB	RN	MA	ES	MG	SE	PI	Total
2010	137	98	503	0	0	0	0	0	0	0	0	738
2011	1.148	5.613	2.296	946	652	265	0	0	0	0	0	10.920
2012	4.437	137	3.657	0	.313	0	474	0	0	0	0	9.018
2013	6.970	1.240	17.022	1.936	1.883	3.225	964	948	1.043	841	0	36.072
2014	4.794	2.559	13.390	776	1.724	2.001	908	25	185	131	0	26.493
2015	3.476	9.277	7.080	368	1.237	538	316	1.198	449	2.478	71	26.488
2016	5.323	13.109	6.536	7.083	3.816	1.582	0	559	143	577	2.419	41.147
2017	4.726	1.382	18.550	950	347	17	627	1.656	11	347	31	28.644
2018	15.773	5.493	14.425	1.448	394	3.482	690	650	389	4.230	1.826	48.800
2019	1.738	3.471	6.371	8.960	265	2.599	1.785	47	291	183	1.540	27.250
2020	3.603	1.751	6.114	1.081	458	0	7	131	221	0	41	13.407
2021	3.416	336	1.418	23	1.795	4.851	36	986	92	620	73	13.646
2022	3.140	1.740	3.541	1.764	4.347	376	412	2.355	1.594	2.249	2.538	24.056
2023	10.257	9.653	14.899	12.307	3.465	3.463	67	1.661	915	2.108	195	58.990
2024	689	798	8.116	809	1.856	897	593	492	0	0	144	14.394
Total	69.627	56.657	123.918	38.451	22.552	23.296	6.879	10.708	5.333	13.764	8.878	380.063

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

A Tabela 21 relaciona esses empregos ao tipo de projeto (Ampliação, Diversificação, Modernização etc.).

Tabela 21. Total de empregos diretos gerados pelas empresas por ano e por projeto

Ano	Ampliação	Complementação Equipamentos	Diversificação	Implantação	Modernização	Modernização Total	Total
2010	0	738	0	0	0	0	738
2011	0	10.920	0	0	0	0	10.920
2012	0	8.881	0	0	0	137	9.018
2013	0	13.446	6.206	2.239	0	14.181	36.072
2014	47	6.784	1.072	2.457	4.641	11.492	26.493
2015	952	4.896	5.231	787	0	14.622	26.488
2016	0	7.799	6.476	2.685	0	24.187	41.147
2017	0	7.204	1.089	1.172	0	19.179	28.644
2018	0	7.662	1.555	2.153	0	37.430	48.800
2019	0	3.859	2.143	950	0	20.298	27.250
2020	0	3.181	725	683	0	8.818	13.407
2021	0	2.599	632	1.038	0	9.377	13.646
2022	0	3.776	1.992	2.937	0	15.351	24.056
2023	0	4.060	3.671	1.157	0	50.102	58.990
2024	0	5.405	171	2.251	0	6.567	14.394
Total	999	91.210	30.963	20.509	4.641	231.741	380.063

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

O total de 380.063 vínculos encontra-se distribuído, majoritariamente, em “Complementação de Equipamentos” (91.210) e “Modernização Total” (231.741), sugerindo que a renovação da estrutura produtiva é a principal força motriz na geração de novos postos de trabalho. Diversificação (30.963) e Implantação (20.509) aparecem com valores consideráveis, mas ainda menos expressivos que as iniciativas voltadas à modernização.

Por fim, a Tabela 22 organiza esses empregos conforme a modalidade de incentivo. Nota-se a proeminência da Redução de 75% do IRPJ (281.106 empregos gerados ao longo da série), seguida pelo Reinvestimento de 30% do IRPJ (91.210). Já a Isenção do AFRMM concentra a maior parte de seu impacto em 2013 e 2014, totalizando 7.747 postos declarados. Observa-se, portanto, uma correlação entre as formas de incentivo mais acessadas e o volume de empregos efetivamente criados.

Em suma, a análise dos empregos diretos revela que a política de incentivos fiscais tem sido capaz de mobilizar um contingente expressivo de contratações ao longo do tempo, com destaque para projetos direcionados à modernização e diversificação da atividade produtiva.

Tabela 22. Total de empregos diretos gerados pelas empresas por ano e por tipo de projeto

Ano	Isenção do AFRMM	Redução de 75% do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Total
2010	0	0	738	738
2011	0	0	10.920	10.920
2012	0	137	8.881	9.018
2013	1.235	21.391	13.446	36.072
2014	6.196	13.513	6.784	26.493
2015	316	21.276	4.896	26.488
2016	0	33.348	7.799	41.147
2017	0	21.440	7.204	28.644
2018	0	41.138	7.662	48.800
2019	0	23.391	3.859	27.250
2020	0	10.226	3.181	13.407
2021	0	11.047	2.599	13.646
2022	0	20.280	3.776	24.056
2023	0	54.930	4.060	58.990
2024	0	8.989	5.405	14.394
Total	7.747	281.106	91.210	380.063

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Embora picos de geração de emprego sejam observados em anos de maior volume de incentivos, a continuidade e a estabilidade dessas vagas dependem não apenas do arcabouço de benefícios concedidos, mas também de condições macroeconômicas e de gestão interna dos empreendimentos. Desse modo, manter ações que favoreçam a sustentabilidade dos negócios e a expansão das cadeias produtivas locais mostra-se essencial para transformar o impulso inicial dos incentivos em crescimento sólido e duradouro dos postos de trabalho.

As Tabelas 23, 24 e 25 trazem uma abordagem mais detalhada de como os empregos diretos se distribuem segundo recortes territoriais específicos – sejam eles climáticos (semiárido e fora do semiárido), de renda (PNDR II) ou sub-regionais (combinando renda e dinamismo). Em linhas gerais, nota-se que, embora boa parte das vagas criadas se concentre em locais de maior desenvolvimento ou em regiões fora do semiárido, há evidências de que uma porção significativa dos postos de trabalho também ocorre em cenários mais desafiadores.

A Tabela 23, ao separar as vagas entre semiárido e fora do semiárido, indica que, de um total de 380.063 empregos diretos, a maioria (cerca de 236,7 mil) está em áreas não semiáridas, ao passo que 143,3 mil se localizam no semiárido. Esse dado sinaliza a mesma concentração geográfica que se vê em outros indicadores, porém com uma participação notável do semiárido (aproximadamente 38%), mostrando que, mesmo em

zonas climaticamente mais adversas, há investimentos produtivos impulsionadas pelos incentivos fiscais. Em anos como 2013 e 2018, há saltos relevantes no semiárido (15.889 e 25.400 postos, respectivamente), o que pode decorrer de projetos robustos que, em conjunto, elevaram consideravelmente a criação de vagas nesses locais.

Tabela 23. Total de empregos diretos gerados pelas empresas por ano e por classificação climática

Ano	Semiárido		Total
	Não	Sim	
2010	601	137	738
2011	10.655	265	10.920
2012	9.018	0	9.018
2013	20.183	15.889	36.072
2014	20.663	5.830	26.493
2015	23.048	3.440	26.488
2016	29.351	11.796	41.147
2017	11.959	16.685	28.644
2018	23.400	25.400	48.800
2019	15.865	11.385	27.250
2020	9.036	4.371	13.407
2021	7.033	6.613	13.646
2022	9.165	14.891	24.056
2023	43.254	15.736	58.990
2024	3.507	10.887	14.394
Total	236.738	143.325	380.063

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Já a Tabela 24 apresenta a distribuição dos postos diretos segundo a tipologia PNDR II (Alta Renda, Estagnada, Dinâmica, Baixa Renda). A análise desses dados mostra que um contingente expressivo (181.276) está em territórios categorizados como “Estagnados”, sugerindo que a Sudene tem conseguido direcionar incentivos também para áreas menos dinâmicas. Em paralelo, “Alta Renda” concentra 137.852 empregos, reforçando a continuidade de grandes empreendimentos em centros desenvolvidos. Regiões “Dinâmicas” e de “Baixa Renda” apresentam volumes menores em comparação, somando cerca de 49.144 e 11.791 respectivamente, o que confirma o predomínio das categorias “Estagnadas” e “Alta Renda” na absorção de mão de obra gerada.

Tabela 24. Total de empregos diretos gerados pelas empresas por ano e por tipologia PNDR II

Ano	Alta renda	Estagnada	Dinâmica	Baixa renda	Total
2010	601	137	0	0	738
2011	10.655	265	0	0	10.920
2012	5.688	2.946	384	0	9.018
2013	12.343	21.370	2.359	0	36.072
2014	15.049	9.041	1.964	439	26.493
2015	17.069	7.725	1.606	88	26.488
2016	22.196	14.661	4.027	263	41.147
2017	2.665	22.808	3.134	37	28.644
2018	16.095	24.833	7.635	237	48.800
2019	6.284	14.353	5.645	968	27.250
2020	3.190	8.812	1.393	12	13.407
2021	632	6.297	6.221	496	13.646
2022	6.343	13.656	2.305	1.752	24.056
2023	17.402	27.096	7.338	7.154	58.990
2024	1.640	7.276	5.133	345	14.394
Total	137.852	181.276	49.144	11.791	380.063

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Por fim, a Tabela 25 aprofunda as classificações ao combinar renda e dinamismo sub-regional (Alta Renda e Médio Dinamismo, Baixa Renda e Baixo Dinamismo). Nela, destacam-se duas grandes categorias: “Alta Renda e Médio Dinamismo” (110.717 empregos) e “Média Renda e Médio Dinamismo” (116.246). Também é considerável a fatia de “Média Renda e Baixo Dinamismo” (63.744) e “Baixa Renda e Baixo Dinamismo” (8.629). Embora haja menores quantidades de vagas criadas em outras combinações, a presença de empregos em faixas de menor renda ou menor dinamismo confirma que a política atingiu, em alguma medida, locais historicamente menos competitivos.

As informações corroboram a ideia de que, embora a maior quantidade de empregos diretos se localize em áreas menos vulneráveis ou economicamente mais consolidadas, as regiões e municípios classificados como semiáridos, estagnados ou de menor dinamismo também vêm se beneficiando de forma substantiva dos incentivos. Em vários anos, observa-se um crescimento acentuado de empregos nas zonas mais necessitadas, refletindo o potencial distributivo da política.

Tabela 25. Total de empregos diretos gerados declarados pelas empresas por ano e por tipologia sub-regional

Ano	Alta Renda e Médio Dinamismo	Média Renda e Médio Dinamismo	Alta Renda e Baixo Dinamismo	Média Renda e Alto Dinamismo	Média Renda e Baixo Dinamismo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	Alta Renda e Alto Dinamismo	Baixa Renda e Médio Dinamismo	Total
2011	9.507	265	1.148	0	0	0	0	0	10.920
2012	1.251	2.946	4.437	384	0	0	0	0	9.018
2013	12.163	15.601	180	2.359	5.769	0	0	0	36.072
2014	13.455	5.873	1.594	1.964	3.168	439	0	0	26.493
2015	14.652	7.131	2.346	1.606	682	0	71	0	26.488
2016	17.780	5.573	2.087	4.027	7.916	0	2.329	1.435	41.147
2017	1.398	20.785	1.241	3.134	2.060	0	26	0	28.644
2018	13.079	11.052	1.190	7.635	13.781	0	1.826	237	48.800
2019	4.764	3.863	0	5.645	10.490	0	1.520	968	27.250
2020	2.649	6.112	500	1.393	2.700	0	41	12	13.407
2021	262	4.178	317	6.221	2.592	23	53	0	13.646
2022	2.869	11.682	936	2.305	1.971	1.316	2.538	439	24.056
2023	15.021	14.001	2.186	7.338	12.386	6.787	195	1.076	58.990
2024	1.266	7.047	230	5.133	229	64	144	281	14.394
Total	110.717	116.246	18.392	49.144	63.744	8.629	8.743	4.448	380.063

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Ainda assim, a intensidade do efeito é nitidamente maior onde existem melhores estruturas de produção ou maiores oportunidades de mercado – aspecto que pode justificar um acompanhamento contínuo de projetos em lugares menos favorecidos, a fim de maximizar a conversão dos incentivos em geração efetiva de trabalho e renda nesses territórios.

3.1.4.2. Empregos indiretos

A geração de empregos indiretos, apresentada nas Tabelas 26, 27 e 28 e na Figura 6, complementa o impacto direto ao expandir o efeito econômico para além das atividades das empresas beneficiadas. A Figura 6, referente aos empregos indiretos, apresenta comportamento análogo quando comparada aos empregos diretos. Observa-se um valor máximo em 2014 (10.492) e outro valor elevado em 2023 (8.723). Esses períodos correspondem a fases em que diversos projetos foram executados simultaneamente, demandando insumos, transporte e outros serviços de suporte que geram ocupações adicionais.

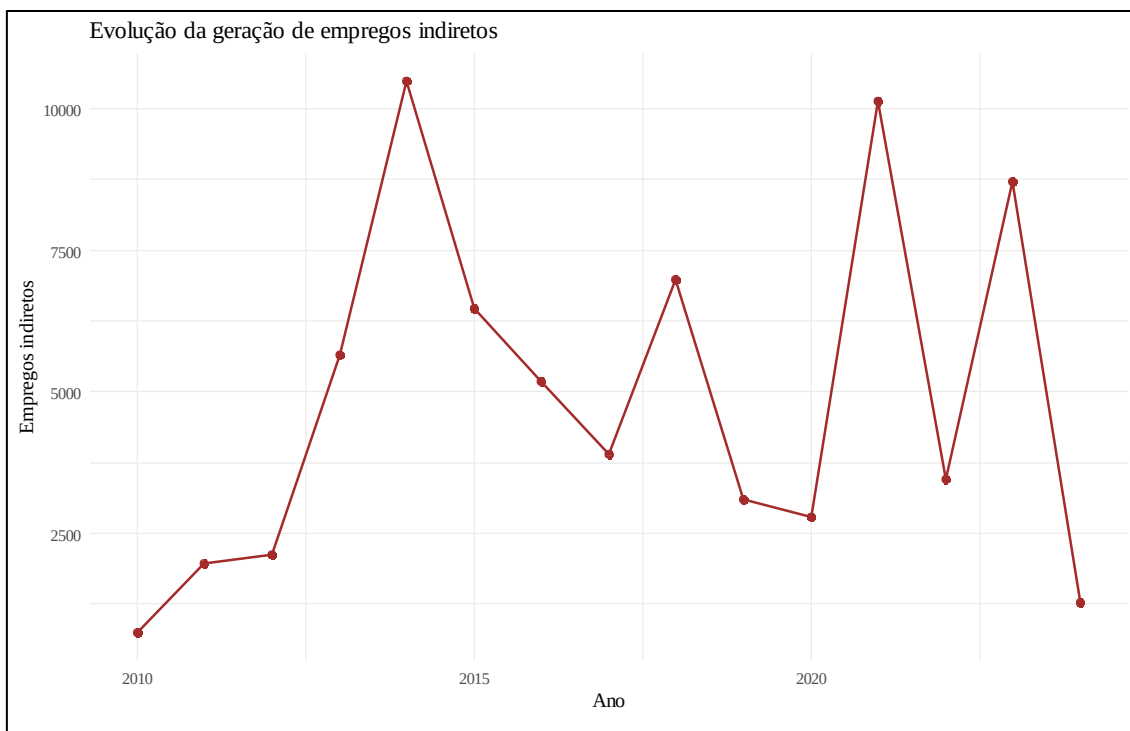


Figura 6 – Geração de empregos indiretos declarados pelas empresas beneficiadas.
Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

A Tabela 26 detalha essa criação de postos por estado, evidenciando que Bahia (19.050) e Pernambuco (18.814) novamente aparecem em destaque, porém com concorrência de outros locais em anos específicos, como a Paraíba (1.057) em 2014 e o Rio Grande do Norte (12.416 ao longo do período).

Tabela 26. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por estado

Ano	BA	CE	PE	AL	PB	RN	MA	ES	MG	SE	PI	Total
2010	0	0	739	0	0	0	0	0	0	0	0	739
2011	192	441	1.020	0	288	35	0	0	0	0	0	1.976
2012	1.605	0	176	0	105	0	241	0	0	0	0	2.127
2013	1.491	7	2.625	97	459	249	176	241	150	150	0	5.645
2014	2.841	397	3.800	0	1.057	2.265	76	0	47	9	0	10.492
2015	742	2.910	1.904	152	0	39	140	300	30	266	0	6.483
2016	609	3.138	709	97	0	269	0	180	23	80	88	5.193
2017	2.136	957	355	78	19	31	0	100	8	95	115	3.894
2018	2.100	1.000	2.038	88	39	288	0	399	313	708	5	6.978
2019	1.099	303	576	903	0	35	2	33	34	12	100	3.097
2020	1.545	341	209	366	0	0	20	205	93	0	0	2.779
2021	306	1	680	0	10	8.613	0	171	118	200	30	10.129
2022	675	398	444	52	52	23	0	92	1.663	48	2	3.449
2023	3.582	1.069	2.668	263	253	523	0	119	102	144	0	8.723
2024	127	6	871	45	0	46	193	0	0	0	0	1.288
Total	19.050	10.968	18.814	2.141	2.282	12.416	848	1.840	2.581	1.712	340	72.992

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

A Tabela 27 relaciona empregos indiretos com o tipo de projeto, revelando concentração em “Complementação de Equipamentos” (15.556) e “Modernização Total” (39.184). Projetos de implantação (11.836) e diversificação (3.387) também contribuem de forma consistente para a cadeia de fornecedores e serviços locais. Em alguns anos, como 2014, há aumentos expressivos quando vários projetos simultâneos demandam insumos e suporte logístico.

Tabela 27. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por tipo projeto

Ano	Ampliação	Complementação Equipamentos	Diversificação	Implantação	Modernização	Modernização Total	Total
2010	0	739	0	0	0	0	739
2011	0	1.976	0	0	0	0	1.976
2012	0	2.127	0	0	0	0	2.127
2013	0	2.198	402	599	0	2.446	5.645
2014	68	2.262	137	2.911	2.809	2.305	10.492
2015	152	2.332	605	426	0	2.968	6.483
2016	0	804	150	572	0	3.667	5.193
2017	0	955	280	563	0	2.096	3.894
2018	0	563	115	374	0	5.926	6.978
2019	0	39	1.110	281	0	1.667	3.097
2020	0	477	175	488	0	1.639	2.779
2021	0	505	142	145	0	9.337	10.129
2022	0	242	100	2.147	0	960	3.449
2023	0	307	79	3.225	0	5.112	8.723
2024	0	30	92	105	0	1.061	1.288
Total	220	15.556	3.387	11.836	2.809	39.184	72.992

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Na Tabela 28, nota-se a distribuição dos empregos indiretos por modalidade de incentivo, com liderança da Redução de 75% do IRPJ (51.733) e do Reinvestimento de 30% (15.556). A isenção do AFRMM (5.703) aparece em menor escala, mas atinge relevância em determinados picos anuais, como 2013 e 2014.

Com base nos totais consolidados de investimentos declarados (R\$ 23.715,1 milhões) e de empregos diretos gerados (380.063 vagas) ao longo do período analisado, pode-se estimar que são necessários, em média, cerca de R\$ 62,4 mil investidos para a criação de um posto de trabalho direto.

Caso se inclua também a geração de empregos indiretos (72.992), o montante investido dilui-se sobre uma base maior (cerca de 453 mil vagas somadas), resultando em um valor médio em torno de R\$ 52,4 mil por emprego. Naturalmente, essa razão varia de ano para ano, pois em certos períodos são aprovados projetos mais intensivos em capital

(e menos em mão de obra) ou vice-versa. Dessa forma, a cifra serve como indicador médio do custo de geração de emprego via incentivos, não devendo ser interpretada como um valor único ou definitivo para cada projeto analisado.

Tabela 28. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por incentivo

Ano	Isenção do AFRMM	Redução de 75% do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Total
2010	0	0	739	739
2011	0	0	1.976	1.976
2012	0	0	2.127	2.127
2013	280	3.167	2.198	5.645
2014	5.283	2.947	2.262	10.492
2015	140	4.011	2.332	6.483
2016	0	4.389	804	5.193
2017	0	2.939	955	3.894
2018	0	6.415	563	6.978
2019	0	3.058	39	3.097
2020	0	2.302	477	2.779
2021	0	9.624	505	10.129
2022	0	3.207	242	3.449
2023	0	8.416	307	8.723
2024	0	1.258	30	1.288
Total	5.703	51.733	15.556	72.992

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Caso se incorpore o valor da redução por reinvestimento (R\$ 161,0 milhões) ao montante total de investimentos declarados (R\$ 23.715,1 milhões), o total passaria a R\$ 23.876,1 milhões. Com isso, o cálculo médio de recursos necessários para gerar um emprego direto se altera: empregos diretos em torno de R\$ 62,8 mil por vaga criada e empregos diretos e indiretos em média R\$ 52,7 mil por posto de trabalho criado.

Ressalta-se que esses valores são médias globais e não capturam diferenças entre tipos de projetos, modalidades de incentivo, setores mais ou menos intensivos em mão de obra, etc. Ainda assim, fornecem uma referência agregada de quanto, em termos de recursos, pode ser estimado para a geração de cada posto de trabalho vinculado às políticas de incentivos fiscais na área de atuação da Sudene durante o período analisado.

As Tabelas 29, 30 e 31 estendem a análise dos empregos indiretos ao relacionar os postos criados com diferentes classificações territoriais, oferecendo um panorama mais detalhado das áreas que se beneficiam dessa modalidade de geração de vagas. A Tabela 29, ao comparar zonas dentro e fora do semiárido, revela que, ao longo de todo o período, aproximadamente 51.903 empregos indiretos se concentram em regiões não semiáridas,

enquanto 21.089 se localizam no semiárido. Em anos como 2013, 2014 e 2021, fica evidente aumento considerável de empregos nas zonas não semiáridas, reflexo de projetos de maior envergadura. Ainda assim, observa-se uma dinâmica significativa também em áreas semiáridas (como em 2014, que registrou 5.167 postos indiretos), demonstrando que parte dos projetos contemplam regiões mais suscetíveis a limitações climáticas.

Tabela 29. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por classificação climática

Ano	Semiárido		Total
	Não	Sim	
2010	739	0	739
2011	1.941	35	1.976
2012	2.127	0	2.127
2013	4.448	1.197	5.645
2014	5.325	5.167	10.492
2015	4.261	2.222	6.483
2016	4.255	938	5.193
2017	1.822	2.072	3.894
2018	4.673	2.305	6.978
2019	2.499	598	3.097
2020	1.674	1.105	2.779
2021	9.038	1.091	10.129
2022	977	2.472	3.449
2023	7.219	1.504	8.723
2024	905	383	1.288
Total	51.903	2.1089	72.992

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Na Tabela 30, que adota a tipologia da PNDR II (Alta Renda, Estagnada, Dinâmica, Baixa Renda), nota-se que a maior parcela desses empregos indiretos (cerca de 27.077) ocorre em localidades de Alta Renda, enquanto um volume expressivo (26.921) se dá em áreas classificadas como Estagnadas. Municípios Dinâmicos somam 17.087 empregos, e Baixa Renda fica com 1.907. Esse perfil indica uma divisão relativamente equilibrada entre regiões mais consolidadas (Alta Renda) e as consideradas estagnadas, sugerindo que a política de incentivos fiscais consegue induzir ganhos de empregabilidade indireta mesmo em cenários de menor dinamismo, ainda que em menor escala.

Tabela 30. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por tipologia PNDR II

Ano	Alta renda	Estagnada	Dinâmica	Baixa renda	Total
2010	739	0	0	0	739
2011	1.941	35	0	0	1.976
2012	1.961	0	166	0	2.127
2013	2.946	1.754	945	0	5.645
2014	2.476	6.665	551	800	10.492
2015	3.788	2.198	341	156	6.483
2016	3.259	1.268	666	0	5.193
2017	1.082	1.855	877	80	3.894
2018	2.778	2.559	1.556	85	6.978
2019	380	2.310	324	83	3.097
2020	1.053	1.256	377	93	2.779
2021	163	347	9.519	100	10.129
2022	806	2.239	161	243	3.449
2023	3.665	3.395	1.396	267	8.723
2024	40	1.040	208	0	1.288
Total	27.077	26.921	17.087	1.907	72.992

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Por fim, a Tabela 31 aprofunda essa perspectiva ao conjugar renda e dinamismo sub-regional, em categorias como “Alta Renda e Médio Dinamismo” ou “Baixa Renda e Baixo Dinamismo”. Destacam-se “Alta Renda e Médio Dinamismo” (22.087 empregos) e “Média Renda e Médio Dinamismo” (16.666) como as faixas que mais absorvem mão de obra indireta, seguidas de “Média Renda e Baixo Dinamismo” (10.611). Ainda que números menores apareçam em “Baixa Renda e Baixo Dinamismo” (1.033), a presença de oportunidades em diversos contextos reforça que o benefício fiscal não se concentra apenas em polos já desenvolvidos. Em anos específicos, projetos relevantes em locais menos favorecidos podem estimular atividades complementares como transportes, serviços de manutenção e fornecimento de matérias-primas.

Tabela 31. Total de empregos indiretos gerados pelas empresas por ano e por tipologia sub-regional

Ano	Alta Renda e Médio Dinamismo	Média Renda e Médio Dinamismo	Alta Renda e Baixo Dinamismo	Média Renda e Alto Dinamismo	Média Renda e Baixo Dinamismo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	Alta Renda e Alto Dinamismo	Baixa Renda e Médio Dinamismo	Total
2010	739	0	0	0	0	0	0	0	739
2011	1.749	35	192	0	0	0	0	0	1.976
2012	356	0	1.605	166	0	0	0	0	2.127
2013	2.816	1.669	130	945	85	0	0	0	5.645
2014	1.942	2.566	534	551	4.099	800	0	0	10.492
2015	3.366	2.064	422	341	290	0	0	0	6.483
2016	3.223	915	30	666	353	0	6	0	5.193
2017	949	1.225	33	877	710	0	100	0	3.894
2018	2.514	2.143	259	1.556	416	0	5	85	6.978
2019	280	1.402	0	324	908	0	100	83	3.097
2020	53	448	1.000	377	808	0	0	93	2.779
2021	100	254	34	9.519	193	0	29	0	10.129
2022	764	2.167	40	161	78	0	2	237	3.449
2023	3.197	753	468	1.396	2.656	233	0	20	8.723
2024	39	1.025	1	208	15	0	0	0	1.288
Total	22.087	16.666	4.748	17.087	10.611	1.033	242	518	72.992

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante.

Em suma, as três tabelas indicam que a política de incentivos fiscais desempenha um papel relevante não só na criação de empregos diretos, mas também na ativação de cadeias de suporte e serviços em áreas variadas quanto a renda, clima e dinamismo econômico. Enquanto localidades mais prósperas tendem a absorver maior volume de postos indiretos, regiões menos consolidadas também registram incrementos, embora em menor proporção. Esse quadro reforça a importância de estratégias que potencializem o efeito multiplicador do incentivo, ampliando o alcance e a intensidade do impacto em áreas com maior vulnerabilidade socioeconômica.

3.1.4.3. Saldo de empregos

As Figuras 7 e 8, juntamente com as Tabelas 32, 33, 34 e 35, buscam comparar o total de empregos gerados pelas empresas beneficiadas — em especial os postos diretos — com o saldo efetivo de vínculos registrado na RAIS ao longo dos anos, bem como averiguar diferenças no estoque médio de emprego quando se comparam firmas beneficiadas e não beneficiadas. O objetivo é verificar em que medida os dados de geração de empregos divulgados pelas firmas correspondem a efetivos acréscimos de postos de trabalho formais, além de analisar a evolução relativa entre os dois grupos (beneficiadas e não beneficiadas).

Para garantir que a comparação entre empregos declarados e saldo efetivo fosse razoavelmente robusta, adotou-se um pareamento via CNPJ e ano, associando o conjunto de informações da RAIS à base da Sudene. Assim, o estoque de emprego de cada empresa beneficiada foi mensurado apenas no ano em que o incentivo estava vigente (considerando o cronograma de implantação do projeto). Com isso, mitigam-se distorções, como superposição de diferentes unidades produtivas ou contagem duplicada de vínculos.

A Figura 7 e a Tabela 32 relacionam a criação de empregos diretos ao saldo de empregos — isto é, a variação no estoque de vínculos — entre as empresas beneficiadas. Em termos gerais, é possível afirmar que o impacto previsto sobre a geração de postos diretos de trabalho tem se consolidado.

Observa-se que, em anos como 2019, 2021 e 2021, há uma aproximação considerável entre o número de novos postos anunciados (por exemplo, 27.250 empregos diretos em 2019) e o aumento efetivo no estoque (21.472). Essa proximidade sugere que, nesses períodos, a maior parte das vagas declaradas foi de fato incorporada ao mercado de trabalho, com pouca sobreposição ou substituição de outros vínculos.

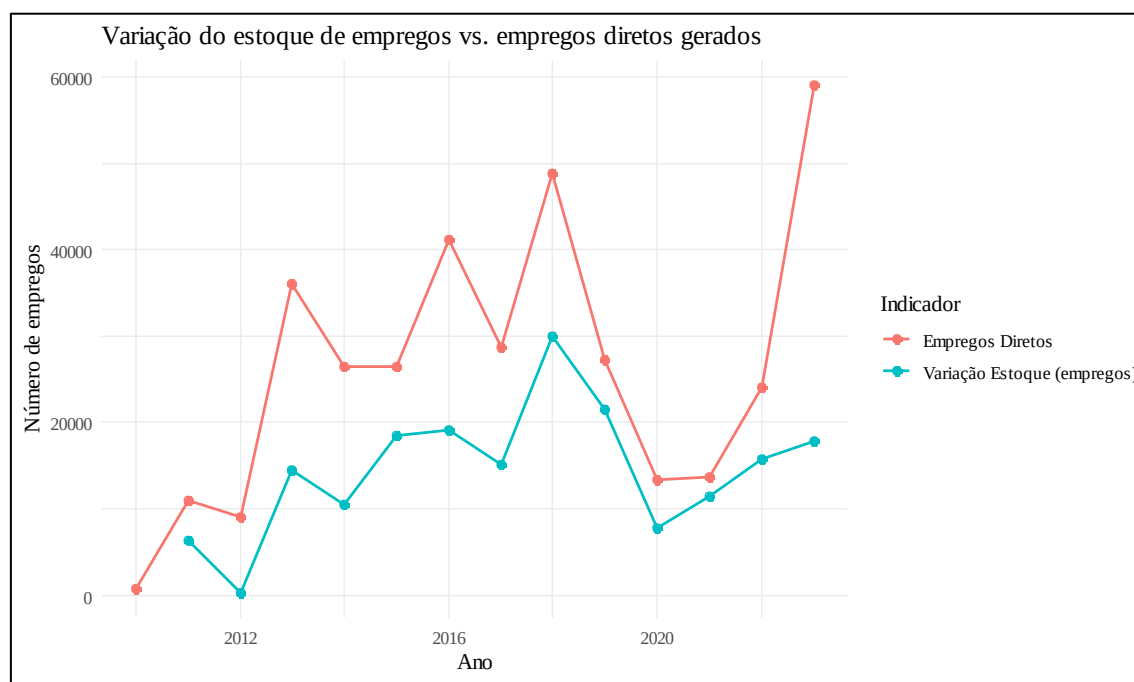


Figura 7 — Comparação entre empregos diretos e saldo de emprego das empresas beneficiadas.

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante e dados da RAIS.

Ressalta-se que as informações são provenientes de bases de dados distintas, nesse caso, perde-se informação quando a empresa beneficiada, por algum motivo, não foi localizada na RAIS. A base SIBF apresenta 833 concessões de benefícios a 575 empresas, enquanto na RAIS foram localizadas 488 empresas. Mesmo assim, a Figura 7 tem teor informativo, mostrando que a tendência da geração de empregos pode ser verificada pela RAIS.

Tabela 32. Empresas beneficiadas: Comparação entre a variação do estoque de emprego e a geração de empregos diretos

Ano	Total do estoque de emprego	Variação do estoque de empregos	Empregos diretos
2010	113		738
2011	6.353	6.240	10.920
2012	6.605	252	9.018
2013	21.104	14.499	36.072
2014	31.625	10.521	26.493
2015	50.008	18.383	26.488
2016	69.109	19.101	41.147
2017	84.212	15.103	28.644
2018	114.199	29.987	48.800
2019	135.671	21.472	27.250
2020	143.485	7.814	13.407
2021	154.914	11.429	13.646
2022	170.696	15.782	24.056
2023	188.575	17.879	58.990

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante e dados da RAIS.

Para ampliar a análise, a Figura 8 e as Tabelas 33, 34 e 35 exibem a diferença do estoque médio de emprego entre as empresas que receberam incentivos e aquelas não contempladas. Esse comparativo é segmentado por porte (grande, médio, micro e pequeno), classificação climática (semiárido) e tipologia PNDR II (alta renda, baixa renda, dinâmica e estagnada) considerando a variação do estoque médio da firma beneficiada e subtraindo-se o mesmo indicador para uma firma não beneficiada de características próximas. Para assegurar grupos comparáveis, adotou-se um procedimento de “emparelhamento” (matching) com base na localização e porte dos estabelecimentos. Dessa forma, cada firma beneficiada foi comparada a firmas não incentivadas com perfil similar, reduzindo a chance de a diferença observada ser consequência de fatores estruturais distintos (por exemplo, setor e dimensão empresarial). Ainda assim, não se

trata de um estimador de efeito de tratamento, sendo possível que outras variáveis interfiram nos resultados.

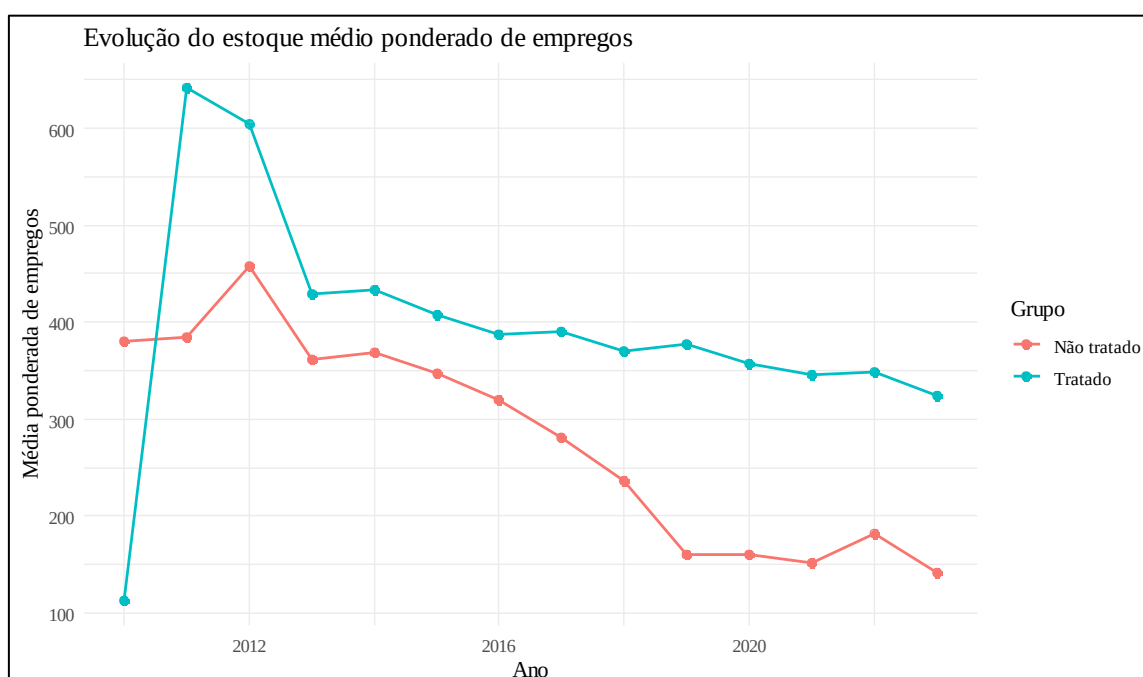


Figura 8 – Comparação do estoque médio ponderado de empregos entre empresas beneficiadas e não beneficiadas.

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante e dados da RAIS.

A Figura 8 mostra que, em geral, as empresas beneficiadas superam o desempenho das empresas não beneficiadas no número de empregos, o que deve ser levado em consideração nas análises de eficácia e efetividade, a comparação ingênua entre as médias pode levar à uma conclusão equivocada acerca do verdadeiro impacto da política. Em muitos anos, as empresas de grande porte beneficiadas exibem um estoque médio de empregos inferior ao verificado em firmas não contempladas. Ainda assim, há períodos em que esse quadro se inverte, como em 2017 e 2023, quando as incentivadas superam as não beneficiadas de forma expressiva. Esse comportamento volátil sugere que fatores externos, como crises econômicas ou reestruturações internas, podem impactar de maneira decisiva a capacidade das grandes empresas converterem os incentivos em maior número de contratações de forma consistente ao longo do tempo.

Para os demais tamanhos, na maioria dos casos, a diferença tende a oscilar perto de valores baixos, chegando até a ser negativa em determinados anos. Isso aponta que, embora haja incentivos, empresas menores nem sempre conseguem converter esse apoio

em criação de vagas acima da média de suas contrapartes não beneficiadas. Entretanto, vale ressaltar períodos pontuais em que há saldos positivos.

A confrontação entre empregos gerados e saldo efetivo revela que a maioria dos postos anunciados pelas empresas acaba se refletindo na RAIS, especialmente em anos de maior dinamismo. Quando se compara o estoque de emprego de firmas beneficiadas com o de não beneficiadas, os dados indicam que, no agregado, empresas maiores tendem a mostrar ganhos inferiores, embora em alguns anos recentes elas tenham superado as demais. Para micro e pequenas empresas, o diferencial positivo é mais consistente ao longo do tempo, indicando que, com incentivos, essas firmas podem enfrentar desafios maiores para elevar de modo sustentado seu quadro de pessoal, dependendo de condições como capacidade de gestão, acesso a capital e oscilações de demanda.

Tabela 33. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença do estoque médio ponderado de emprego por ano e por porte

Ano	Grande	Média	Pequena	Micro
2010	-1.581,6	-185,9	74,3	-8,0
2011	-464,8	137,6	78,8	-7,4
2012	-693,5	285,2	23,8	-6,1
2013	-359,5	137,6	26,7	-0,4
2014	-292,4	101,8	13,4	1,0
2015	58,8	60,3	27,9	11,4
2016	-244,5	24,5	16,3	9,8
2017	134,8	25,6	15,3	6,5
2018	19,1	49,4	5,8	4,0
2019	348,5	70,4	1,6	3,4
2020	181,4	72,2	-1,2	0,0
2021	-43,1	48,7	-9,4	1,5
2022	-1.081,6	-20,5	-4,3	-0,1
2023	1.005,1	-48,0	-22,0	-9,5

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante e dados da RAIS.

A Tabela 34 explicita a diferença do estoque médio ponderado de empregos entre empresas beneficiadas e não beneficiadas em áreas classificadas como semiáridas ou não semiáridas. Em anos como 2018, 2019 e 2020, ambas as regiões apresentam diferenças positivas, sugerindo que, no conjunto, as firmas incentivadas superam as não contempladas em termos de expansão de vínculos formais. Por outro lado, há variações entre os anos: em 2013, por exemplo, a diferença para o semiárido (-108,9) contrasta com a do não semiárido (+149,7), retratando momentos em que as empresas localizadas em zonas de clima mais adverso enfrentam dificuldades para efetivar a criação líquida de

empregos. Ainda assim, o fato de se observarem diferenças positivas relevantes em várias ocasiões reforça a possibilidade de se obter resultados expressivos mesmo em territórios semiáridos, desde que as condições de implementação dos projetos sejam adequadas.

Tabela 34. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença do estoque médio ponderado de emprego por ano e por classificação climática

Ano	Semiárido	
	Não	Sim
2010	-343,8	-279,2
2011	315,4	-54,0
2012	120,3	-28,2
2013	149,7	-108,9
2014	75,3	-33,2
2015	130,1	-72,0
2016	163,2	-53,5
2017	175,9	8,7
2018	134,5	120,7
2019	245,0	177,6
2020	195,5	192,1
2021	205,1	182,5
2022	105,0	192,3
2023	197,3	153,2

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante e dados da RAIS.

Na Tabela 35, a análise avança para a tipologia PNDR II (Alta Renda, Baixa Renda, Dinâmica, Estagnada), evidenciando como a diferença do estoque médio de empregos entre beneficiadas e não beneficiadas se manifesta em distintos perfis de renda e dinamismo.

Em várias ocasiões, “Estagnada” registra valores positivos consideráveis (por exemplo, +314,1 em 2019), sugerindo um benefício relativo para empresas que atuam em ambientes economicamente menos consolidados. Em contraste, a categoria “Baixa Renda” apresenta variações substanciais e, em alguns anos, números negativos expressivos (como -840,9 em 2022), sinalizando limitações de mercado e/ou infraestrutura que podem prejudicar os avanços no saldo de emprego. Esse quadro reforça a heterogeneidade de resultados e ressalta a importância de delinear estratégias específicas conforme as particularidades de cada tipologia regional.

Tabela 35. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença do estoque médio ponderado de emprego por ano e por tipologia PNDR II

Ano	Alta renda	Baixa renda	Dinâmica	Estagnada
2010	-184,3	-793,6	-299,1	-447,5
2011	483,2	-802,9	-303,6	-218,9
2012	353,9	-874,4	256,4	-301,6
2013	128,3	-780,2	-161,2	168,9
2014	195,3	-309,7	-68,4	29,0
2015	272,5	-579,2	-61,0	-4,3
2016	277,4	-899,4	-89,9	77,3
2017	154,7	-779,4	-16,8	186,2
2018	250,9	-551,5	-8,1	170,6
2019	259,3	-521,6	70,6	314,1
2020	258,7	-610,7	17,9	308,2
2021	235,6	-625,5	161,9	271,1
2022	223,9	-840,9	127,2	293,1
2023	237,7	259,8	117,7	139,2

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante e dados da RAIS.

No conjunto, os resultados corroboram a importância dos incentivos fiscais como indutores de geração de empregos, evidenciando, no entanto, que a efetividade em termos de saldo e diferença no estoque médio de emprego varia conforme porte, setor e condições econômicas de cada período. A busca de critérios mais ajustados para incentivar pequenos negócios ou adaptar incentivos às realidades regionais pode ampliar o impacto positivo sobre a contratação de mão de obra, fortalecendo o alcance dos objetivos de desenvolvimento regional perseguidos pela Sudene.

3.1.5. Geração de renda

Nesta subseção, examina-se como a renda média real dos trabalhadores nas empresas beneficiadas se compara à de empresas não contempladas pelos incentivos, destacando as diferenças entre portes, semiárido e não semiárido e tipologia PNDR II. As Tabelas 36, 37 e 38, juntamente com a Figura 9, apresenta a diferença na remuneração média (em reais de poder de compra constante) entre os dois grupos: valores positivos indicam que, em média, as firmas beneficiadas pagam salários mais altos, enquanto números negativos significam que elas remuneraram menos que as empresas similares não beneficiadas.

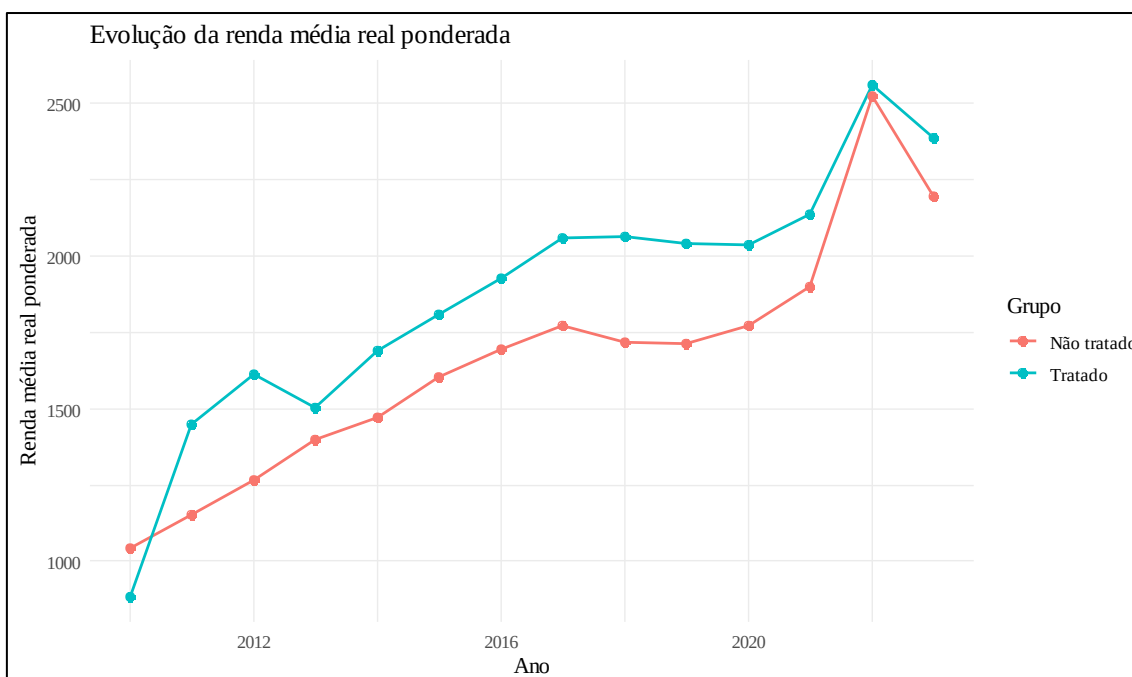


Figura 9 – Comparação da renda real média ponderada entre empresas beneficiadas e não beneficiadas.

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante e dados da RAIS.

Para que essa comparação seja significativa, procurou-se emparelhar as empresas com base em porte e localização, de modo a reduzir as diferenças estruturais entre as amostras. Entretanto, como não se trata de um estimador de efeito de tratamento, outras variáveis podem influenciar a formação de salários, trazendo heterogeneidades não capturadas.

Para as empresas de grande porte, observa-se certa volatilidade ao longo da série. Em alguns anos, a diferença é positiva, sugerindo remunerações mais altas nas companhias incentivadas. Já as empresas de porte médio apresentam oscilações mais moderadas.

Nas médias, pequenas e micro empresas a variação positiva na renda média real é mais consolidada. Os dados indicam que, embora haja períodos em que as beneficiadas remuneram melhor que as não beneficiadas, essa vantagem não é estável em todos os portes ou intervalos de tempo. Em micro e pequenas empresas, por exemplo, o diferencial salarial foi negativo nos primeiros anos, mas passou a se tornar positivo em período recente — sinal de que, mesmo com oscilações, a política de incentivos pode fomentar ganhos salariais no longo prazo.

Tabela 36. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença da renda média real ponderada por ano e por porte

Ano	Grande	Média	Pequena	Micro
2010	-1.107,7	-1.116,1	-102,1	-740,5
2011	369,2	213,9	250,2	-819,0
2012	245,7	248,7	674,0	-936,7
2013	-128,7	-35,0	442,0	-26,9
2014	116,7	147,6	314,4	67,1
2015	123,7	91,5	320,3	268,2
2016	-1,4	243,7	350,4	10,8
2017	-97,1	340,8	365,4	214,8
2018	-24,9	512,5	221,6	266,2
2019	-240,2	352,4	221,0	438,2
2020	-284,2	246,1	154,3	248,7
2021	-973,4	-48,8	241,5	436,7
2022	-1.789,0	39,8	714,3	-993,4
2023	-3.760,8	-352,7	345,6	538,8

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante e dados da RAIS.

Entretanto, a ocorrência de anos em que grandes companhias beneficiadas remuneraram menos que aquelas sem incentivos sugere a necessidade de investigações adicionais sobre as causas subjacentes — seja a adoção de estratégias de contenção de custos, seja a presença de outliers que puxam os resultados para baixo.

A Tabela 37 apresenta a diferença na renda média real ponderada entre empresas beneficiadas e não beneficiadas, segmentada pela classificação climática (áreas não semiáridas e semiáridas). Observa-se que, em regiões não classificadas como semiáridas, os valores variam significativamente ao longo dos anos – por exemplo, passando de valores negativos em 2010 (-207,8) a picos positivos em 2018 (468,6) e 2019 (384,6). Já para regiões semiáridas, os resultados são menos voláteis, com valores predominantemente positivos em alguns anos, como em 2018 (178,6) e 2019 (237,8), mas também com momentos de desempenho inferior, como em 2013 (-48,5) e 2022 (-74,5). Essa variação indica que as condições climáticas podem moderar o impacto dos incentivos na capacidade remuneratória das empresas; em contextos com melhor infraestrutura e condições econômicas (não semiáridas), o diferencial salarial tende a ser maior, enquanto em áreas mais desafiadoras os ganhos podem ser contidos.

Tabela 37. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença da renda média real ponderada por ano e por classificação climática

Ano	Semiárido	
	Não	Sim
2010	-207,8	-980,8
2011	332,1	4,5
2012	390,0	12,5
2013	154,6	-48,5
2014	176,4	205,8
2015	301,4	20,3
2016	318,8	128,0
2017	307,0	218,5
2018	468,6	178,6
2019	384,6	237,8
2020	396,2	107,4
2021	256,3	216,6
2022	164,9	-74,5
2023	-172,9	377,6

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante e dados da RAIS.

A Tabela 38 segmenta as diferenças salariais entre empresas beneficiadas e não beneficiadas segundo a tipologia PNDR II, dividindo o território em categorias como Alta renda, Baixa renda, Dinâmica e Estagnada.

Tabela 38. Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença da renda média real ponderada por ano e por tipologia PNDR II

Ano	Alta renda	Baixa renda	Dinâmica	Estagnada
2010	-220,9	-728,4	-1129,4	-980,1
2011	369,8	-767,4	-1180,3	-92,0
2012	403,0	-846,3	370,4	-54,9
2013	175,1	-895,6	395,3	-162,0
2014	262,7	-172,4	357,0	111,1
2015	358,3	-86,9	97,5	113,0
2016	300,4	-11,5	325,8	167,6
2017	308,9	21,1	461,9	189,9
2018	587,1	-27,0	188,0	243,9
2019	630,1	365,9	136,9	198,4
2020	662,1	175,4	-98,9	193,5
2021	683,8	104,3	103,6	8,9
2022	975,4	247,4	-1028,1	-88,1
2023	772,3	413,7	385,7	-532,5

Fonte: Elaborado pela contratada com base em dados disponibilizados pela contratante e dados da RAIS.

Os dados mostram que, para empresas de Alta renda, os valores evoluíram de um diferencial negativo em 2010 (-220,9) para patamares altamente positivos em anos

subsequentes, atingindo cerca de 662,1 em 2020 e 683,8 em 2021, o que indica ganhos salariais significativos entre as firmas incentivadas nesses polos. Em contrapartida, as empresas localizadas em áreas de Baixa renda frequentemente apresentam diferenças negativas, exemplificadas por valores de -728,4 em 2010 e -895,3 em 2013, embora haja anos em que essa tendência se reverta, como em 2019 (365,9). Já as categorias Dinâmica e Estagnada também apresentam oscilações – com variações que evidenciam, respectivamente, momentos de benefício potencial e de desempenho mais moderado – indicando que o impacto dos incentivos na renda dos trabalhadores depende intensamente do contexto econômico regional.

A análise dos indicadores de geração de renda revela que os efeitos dos incentivos fiscais sobre a remuneração dos trabalhadores variam conforme a classificação climática e a tipologia econômica dos territórios. Enquanto regiões não semiáridas e áreas de alta renda tendem a registrar diferenciais salariais mais expressivos e positivos para as empresas beneficiadas, aquelas localizadas em zonas semiáridas e de baixa renda enfrentam desafios para converter os incentivos em ganhos consistentes na remuneração. Essa heterogeneidade ressalta a importância de políticas complementares que não só ampliem o acesso aos incentivos, mas também promovam condições que permitam maior equilíbrio na geração de renda, assegurando que os benefícios se traduzam em aumento sustentável dos salários, independentemente das especificidades regionais.

No agregado, a análise reflete como as flutuações econômicas e as particularidades empresariais podem afetar a capacidade de converter incentivos fiscais em ganhos salariais consistentes para os trabalhadores, reforçando a relevância de políticas complementares que estimulem maior estabilidade e compromisso das firmas com a evolução remuneratória ao longo do tempo.

3.2. Distribuição geográfica

Entre 2009 e agosto de 2024, data da disponibilização dos dados, a Sudene concedeu um total de 833 incentivos fiscais a empresas do setor de alimentos e bebidas. Tais benefícios foram usufruídos por 575 empresas, as quais estão distribuídas em 241 municípios diferentes. Considerando a natureza desta subseção, o foco da análise recai sobre estes municípios. São consideradas, deste modo, informações agregadas em nível de município, como o total de empresas beneficiadas, o investimento total realizado e a quantidade de empregos diretos gerados.

3.2.1. Número de empresas beneficiadas

A Figura 10 apresenta a distribuição espacial dos incentivos fiscais concedidos pela Sudene ao setor de alimentos em termos do número de empresas que receberam benefícios fiscais por município entre 2009 e agosto de 2024, data da disponibilização dos dados. Bahia (131; 22,7%), Pernambuco (105; 18.2%) e Ceará (77; 13.3%) são os estados que concentram a maior quantidade de empresas beneficiadas. Paraíba, Sergipe, Piauí, Alagoas e Maranhão, por seu turno, responderam, cada um, por menos de 5% das empresas beneficiadas.

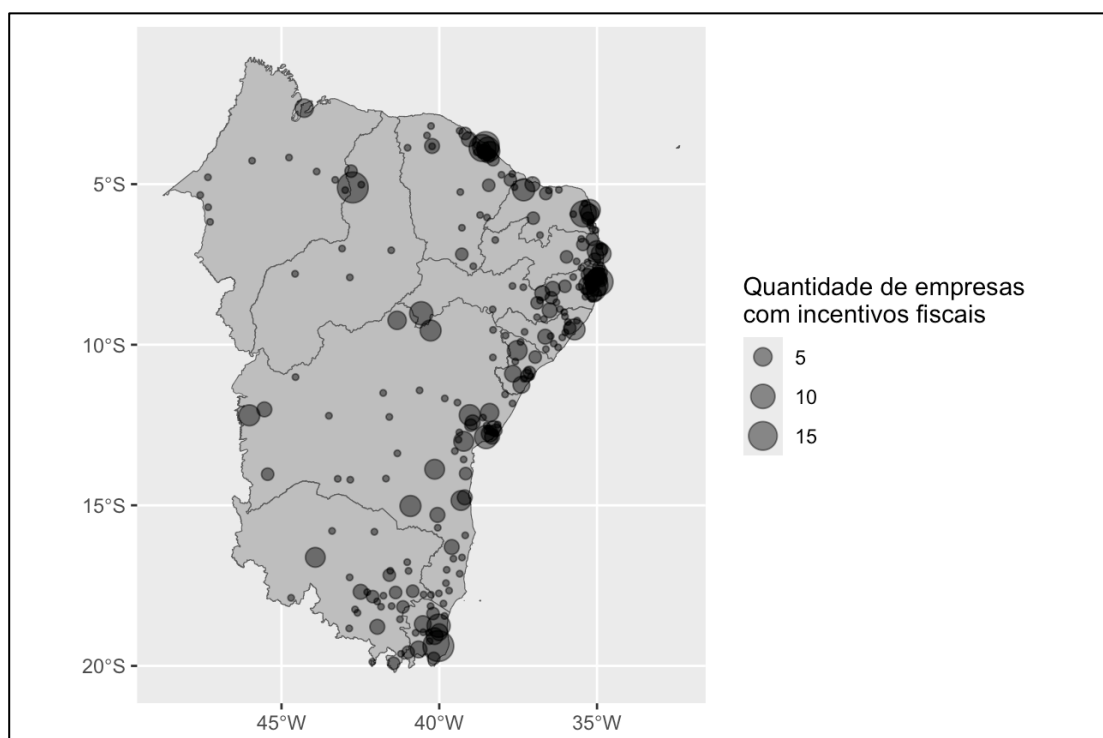


Figura 10 - Empresas beneficiadas vs. não beneficiadas: Diferença da renda média real ponderada por ano e por tipologia PNDR II

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados disponibilizados pela contratante.

Os municípios com o maior número de empresas do setor de alimentos e bebidas beneficiadas com incentivos fiscais foram Teresina - PI (18), Linhares - ES (18), Recife - PE (14), Fortaleza - CE (13) e Maracanaú - CE (13). As capitais dos nove estados do Nordeste concentraram 13,9% das empresas beneficiadas, enquanto o restante estava distribuído no interior da região e nos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo que também fazem parte da área de atuação da Sudene.

3.2.2. Investimentos previstos

A distribuição espacial dos investimentos associados aos projetos de incentivo fiscal é retratada na Figura 11. No total, são registrados investimentos da ordem de 23,7 bilhões de reais no setor de alimentos e bebidas da área de atuação da Sudene. Trabalhando em nível agregado, observa-se que o total investido pelas empresas com incentivos fiscais se concentra nos estados de Pernambuco (34,7%) e da Bahia (28,9%). Piauí e Maranhão possuem as menores participações, cada um respondendo por menos de 2% do total.

Em termos médios, os estados de Pernambuco, Espírito Santo e Bahia são aqueles em que os municípios recebem os maiores volumes de investimento. Para os municípios de Pernambuco com empresas beneficiadas com benefícios fiscais, o investimento médio é de 200,7 milhões de reais, enquanto essa média é de 124,4 e 117,6 milhões de reais para a Bahia e o Espírito Santo, respectivamente. O Maranhão é o estado com o menor investimento médio, 26,9 milhões.

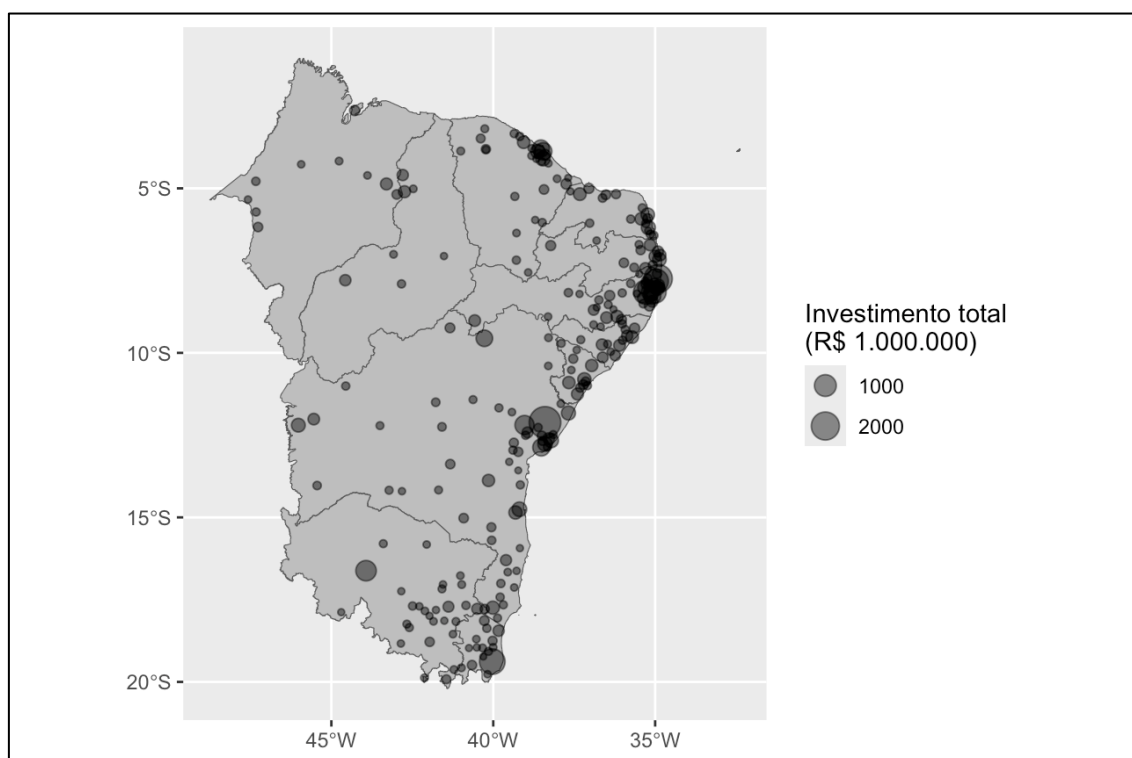


Figura 11 - Distribuição geográfica dos incentivos fiscais concedidos pela Sudene a empresas do setor de alimentos e bebidas, por investimento total previsto.
Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados disponibilizados pela contratante.

Dos dez municípios com o maior volume de recursos investidos por empresas do setor de alimentos e bebidas beneficiadas com incentivos fiscais da Sudene, nenhum é uma capital. O município de Alagoinhas - BA responde pelo maior volume de investimento, com 2,7 bilhões de reais, seguido por Itapissuma - PE (2 bilhões de reais), Linhares - ES (1,5 bilhões de reais), Vitória de Santo Antão - PE (1,3 bilhões de reais) e Igarassu - PE (1,3 bilhão de reais).

As empresas beneficiadas localizadas nas capitais dos estados nordestinos responderam por 8,1% do total investido, enquanto o restante do investimento total tem origem em empresas localizadas no interior desses estados e nos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo. O investimento médio realizado nas capitais por empresas

beneficiadas com incentivos fiscais da Sudene é da ordem de 213,7 milhões de reais, ao passo que o valor médio dos demais municípios é de 93,9 milhões de reais.

3.2.3. Empregos diretos previstos

Estima-se que os investimentos realizados a partir da concessão de incentivos fiscais a empresas de alimentos e bebidas localizadas na área de atuação da Sudene deem origem a aproximadamente 379 mil empregos diretos na região (Figura 12). Em nível de estado, destacam-se Pernambuco (32,4%), Bahia (18,4%) e Ceará (14,9%). A menor geração de empregos diretos está prevista para Minas Gerais (1,4%) e Maranhão (1,8%).

Em média, haverá geração de 3 mil empregos diretos nos municípios de Pernambuco com empresas beneficiadas com isenções fiscais da Sudene. Em segundo lugar está o estado de Alagoas, onde a média por município é de aproximadamente 2,7 mil empregos diretos gerados. A menor média é registrada para Minas Gerais, onde se espera que pouco mais de 180 empregos diretos sejam gerados por município com empresas beneficiadas.

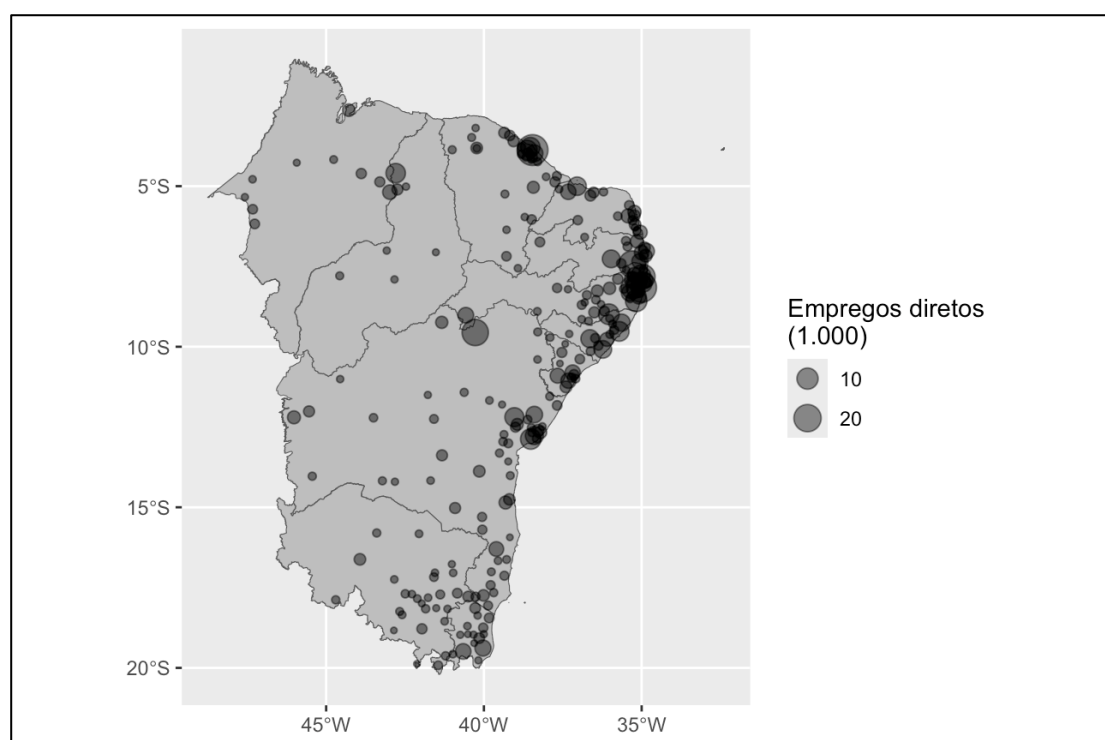


Figura 12 - Distribuição geográfica dos incentivos fiscais concedidos pela Sudene a empresas do setor de alimentos e bebidas, por empregos diretos previstos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados disponibilizados pela contratante.

Aproximadamente 10% dos empregos diretos estão previstos para as capitais dos estados da região Nordeste. O restante, que totaliza 343 mil postos de trabalho, fora gerado em municípios do interior. Dos cinco municípios com a maior geração de empregos diretos, nenhum é capital. Estes municípios são Eusébio - CE (27.495), Jaboatão dos Guararapes - PE (25.464), Camutanga - PE (19.111), Juazeiro - BA (18.217) e Igarassu - PE (14.829).

Quando se compara a geração de empregos diretos com os investimentos previstos, observa-se que a Paraíba é o estado no qual, em termos médios, se necessita do menor volume de investimento para a geração de um emprego direto. Em média, os municípios da Paraíba que possuem empresas do setor de alimentos e bebidas com incentivos fiscais geram uma vaga de emprego a cada 39 mil reais investidos. No extremo oposto está o estado de Sergipe, onde os municípios necessitam, em média, de 385 mil reais para a geração de uma vaga de emprego direto.

4. Discussão dos Resultados e Implicações

A análise da distribuição espacial dos incentivos fiscais concedidos pela Sudene a empresas do setor de alimentos e bebidas indica haver um processo de interiorização dos benefícios, tendo em vista que, apesar de a atividade econômica da área de atuação da Sudene estar concentrada nas capitais da região Nordeste, a maior parte das empresas beneficiadas está localizada fora dos grandes centros (>85% do total). Esta é uma característica importante da política, tendo em vista que os potenciais benefícios econômicos e sociais seriam experimentados em localidades de maior vulnerabilidade.

Em se tratando da distribuição espacial dos investimentos realizados a partir da concessão dos incentivos fiscais, evidencia-se uma elevada concentração em apenas dois estados, Pernambuco e Bahia, os quais respondem, em conjunto, por mais de 60% dos investimentos totais. Destaca-se, nesse caso, que apesar de possuir menos empresas beneficiadas do que a Bahia, o estado de Pernambuco concentra o maior volume de investimentos, i.e., os projetos desse estado tendem a possuir uma maior escala.

Em média, os municípios do interior recebem mais investimento do que as capitais, uma característica muito relevante da política, tendo em vista os possíveis efeitos sobre o desenvolvimento das economias locais. Percebe-se, deste modo, que a concentração de empresas beneficiadas fora das capitais se traduz também em uma interiorização dos investimentos, não havendo um descompasso entre essas variáveis. Pelo menos para o setor de alimentos e bebidas, parece não haver a captura da política por empresas de maior escala localizadas nos grandes centros da região.

A geração de empregos diretos segue a mesma tendência dos investimentos, tendo em vista a maior participação dos estados de Pernambuco e da Bahia, bem como uma maior concentração nos municípios que não são capitais dos estados do Nordeste. A previsão é de que ocorra, nesses municípios, a geração de mais de 340 mil postos de trabalho em resposta à realização dos investimentos relacionados à concessão de benefícios fiscais por parte da Sudene, o que corresponde a aproximadamente 90% do total de empregos diretos previstos. Tal cenário é de extrema importância para que se promova o desenvolvimento econômico da região via diversificação produtiva.

Destaca-se, por fim, que a taxa de conversão dos investimentos em empregos diretos varia consideravelmente entre os diferentes estados. Em termos médios, os municípios do Sergipe com empresas beneficiadas com isenções fiscais necessitam de um investimento aproximadamente dez vezes maior do que os municípios da Paraíba para a geração de um

emprego direto. Este é um ponto sensível à política, tendo em vista que os recursos devem ser destinados àqueles empreendimentos com maior capacidade de promoção do desenvolvimento local via geração de empregos. Melhorar as taxas de conversão possivelmente levaria a ganhos de eficiência da política.

Conforme apontado, a concessão de incentivos fiscais pela Sudene ao setor de alimentos e bebidas e os resultados a eles relacionados (investimentos e geração de empregos) não parecem estar concentrados em termos geográficos. É preciso destacar, contudo, que ainda há espaço para aprimoramento da política. De fato, tais benefícios foram acessados por empresas de 241 municípios, ao passo que a área de atuação da Sudene abrange 2.074 municípios. Ou seja, a política, por ora, atinge apenas 11,6% do total de localidades potenciais. Democratizar a distribuição dos incentivos fiscais no espaço potencialmente diminuiria a desigualdade econômica da região.

5. Considerações Finais

De maneira geral, a análise descritiva evidenciou que a política de incentivos fiscais sob gestão da Sudene tem exercido papel significativo na ampliação de investimentos, na modernização do parque industrial e na geração de empregos no setor de alimentos e bebidas. Os resultados mostram forte concentração dos benefícios em algumas unidades federativas (Bahia, Pernambuco e Ceará), refletindo, em parte, a maior presença histórica de estruturas agroindustriais e a maior capacidade de formulação de projetos nessas localidades. No entanto, as empresas beneficiadas encontram-se, em sua maioria, no interior dos estados, promovendo o desenvolvimento regional.

Se por um lado a Redução de 75% do IRPJ se destaca como a modalidade mais utilizada e com maior impacto nos grandes empreendimentos, por outro, o Reinvestimento de 30% do IRPJ e a Isenção do AFRMM têm relevância pontual para empresas específicas ou cadeias produtivas que dependem de transporte marítimo. Esse quadro sugere que há uma diversificação de mecanismos em funcionamento, mas ainda é possível fortalecer modalidades alternativas, principalmente para incentivar a expansão de micro e pequenas empresas, bem como promover o acesso a localidades menos industrializadas.

O cenário de geração de empregos confirma que os incentivos fiscais estão associados à abertura de milhares de postos de trabalho, mas tal criação é sensível a fatores conjunturais (crises, disponibilidade de crédito, entre outros) e características internas dos projetos (tipo de modernização, porte do investimento etc.). Em anos de expansão macroeconômica, o número de vagas tende a acompanhar o volume de incentivos, enquanto em períodos de retração ou revisão normativa, percebe-se desaceleração tanto nas contratações quanto nos investimentos.

Diante desse panorama, recomenda-se reforçar ações que assegurem uma melhor difusão dos incentivos em áreas menos atendidas, seja por meio de capacitação técnica e gerencial, seja pela revisão de critérios de prioridade para projetos localizados em microrregiões mais vulneráveis. Da mesma forma, ampliar a transparência e a simplificação do acesso a modalidades como o Reinvestimento de 30% do IRPJ pode favorecer negócios menores que necessitam de aportes gradativos de capital. Por fim, ressalta-se a importância de um monitoramento contínuo dos efeitos no mercado de trabalho e na renda média, garantindo que o uso dos recursos públicos traga efetivamente

ganhos de competitividade e geração de valor econômico e social para a região de atuação da Sudene.